

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA

A ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL
SEGUNDO O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

RIO DE JANEIRO

2015

JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA

A ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL
SEGUNDO O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito final e obrigatório para a obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Wellen

RIO DE JANEIRO

2015

JOSÉ AMILTON DE ALMEIDA

A ANÁLISE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL
SEGUNDO O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito final e obrigatório para a obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Monografia aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Wellen
Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Maristela Dal Moro
Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Marilene Aparecida Coelho
Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antônio freire de Almeida e Jocelina Aparecida dos Santos Almeida, sem os quais nada me seria possível, começando pelo simples fato de existir.

Ao meu querido filho, Artur, o “arteiro”. Às minhas doces filhas, Melissa e a pequena Sofia. E ao mais novo integrante da família, ainda sem nome e sexo desconhecido, por se encontrar no ventre de sua adorável mamãe, Flávia França, minha companheira, com a qual tenho a felicidade de dividir minha vida, e que deu todo o apoio, do início ao fim, para que esse trabalho pudesse se concretizar.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e coordenadores desse curso de Serviço Social que, lutando ferrenhamente ao nosso lado durante esses longos cinco anos, nunca deixaram a peteca cair, dando o mais puro e coerente exemplo de que é, sim, possível construir uma universidade diferente, voltada para os interesses dos trabalhadores.

Aos amigos e companheiros de curso, com os quais tive o prazer de conviver e compartilhar conhecimentos.

À Henrique Wellen, orientador do presente trabalho, sempre cuidadoso e exigente com a rigorosidade teórica e analítica, e que manteve-se efetivamente à disposição, seja para trocar ideias, esclarecer dúvidas, ou problematizar questões pertinentes a essa monografia.

Meus agradecimentos especiais ao MST e o conjunto de sua militância: Esse movimento social por meio do qual tem nos proporcionado a transformação de pessoas comuns a sujeitos na história.

El sistema no ha previsto esta pequeña moléstia: lo que sobra es gente. Y la gente se reproduce. Se hace el amor con entusiasmo y sin preocupaciones. Cada vez queda más gente a vera del camino, sin trabajo en el campo, donde el latifundio reina con sus gigantescos eriales, y sin trabajo en la ciudad, donde reinan las máquinas: el sistema vomita hombres. [...] los niños latinoamericanos continúan naciendo, reivindicando su derecho natural a obtener um sitio bajo el sol en estas tierras espléndidas que podrían brindar a todos lo que a casi todos niegan.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo discutir a questão agrária no Brasil segundo o pensamento de Caio Prado Júnior. Para tanto, percorremos um caminho buscando demonstrar que o tema da questão agrária se encontrava fragmentado no pensamento social brasileiro. A leitura da nossa realidade, por muito tempo, encaixou-se dentro de modelos eurocêntricos, como se pudéssemos simplesmente reproduzir em nossa particular realidade as mesmas formas vivenciadas nos países centrais. Além disso, procuramos demonstrar também como se configurou a incorporação das teses feudais no PCB, elaboradas pela Internacional Comunista, e que influenciou a estratégia do partido ao longo de sua existência, levando-o a consagrar uma determinada visão feudal. Nesse sentido, centra-se a crítica de Caio Prado Júnior (2014). O autor afirma o caráter capitalista de nossa formação social, alicerçada na base do modelo da grande exploração agrária voltada para a exportação, o qual integrava o Brasil à economia mundial. Tal modelo se tornou responsável pelas principais contradições verificadas nesse estudo. Dessa maneira, Caio Prado Júnior (2014) identificou, no campo brasileiro, a categoria dos empregados rurais como a principal força social, e não o campesinato, propondo, assim, um caminho diferente para a reforma agrária, que teria, como principal ordem de ação, a extensão da legislação trabalhista ao meio rural, ao invés da prioridade na divisão dos latifúndios. Proposições que, ainda hoje, rendem polêmicas e polarizam opiniões.

Palavras chaves: revolução, questão nacional, questão agrária, feudalismo, capitalismo, reforma agrária.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the agrarian issue in Brazil according to the thought of Caio Prado Júnior. To this goal, we seek to demonstrate that the agrarian question was fragmented in Brazilian social thought. The reading of our reality, for a long time, was made based on Eurocentric models as if our particular reality was the same as central countries. In addition, we also seek to demonstrate how the Brazilian Communist Party (PCB) incorporated the feudal theses of the Communist International, and how these theses influenced the party's strategy throughout its existence, leading it to follow a certain feudal vision. In this sense, is the focuses criticism of Caio Prado (2014). The author states the capitalist character of our social formation, based on the model of large agrarian exploitation aimed at exports that integrated Brazil to the world economy. This model became responsible for the major contradictions studied in this work. Thus, according to Caio Prado (2014), the category of greater social force in the Brazilian countryside is the “rural worker”, not the peasantry, so the path for agrarian reform is different and would have as its main order of action, extension of labor legislation to rural areas, rather than the priority in the division of estates. These propositions, even today, still cause controversy and have polarized opinions.

Key words: revolution, the national question, the agrarian question, feudalism, capitalism, agrarian reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: O contexto histórico do debate sobre a questão agrária no Brasil	13
1.1 Da Independência à República.....	13
1.2 A transição para forma republicana	17
1.3 O Brasil rumo à modernidade	20
1.4 O Brasil concreto e o Brasil pensado	22
1.5 As diferentes perspectivas	25
1.6 A questão agrária e a questão nacional	27
CAPÍTULO 2: O debate da questão agrária no PCB	30
2.1 A formação do PCB	30
2.2 A relação do PCB com a III Internacional Comunista	35
2.3 A relação entre questão nacional e questão agrária no PCB.....	43
2.3.1. A questão agrária na trajetória do PCB.....	44
CAPÍTULO 3: A questão agrária segundo o pensamento de Caio Prado Júnior	56
3.1 A visão “consagrada”.....	56
3.2 “A revolução brasileira”.	62
3.3 Feudalismo x Capitalismo	65
3.4 As forças sociais no Brasil.....	68
3.5 A reforma agrária.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

O conceito “questão agrária”, de acordo com João Pedro Stedile (2005), é tratado de diferentes maneiras pelas diferentes disciplinas do conhecimento humano que se dedicam a entender, descrever, explicar e mesmo transformar a realidade social ao longo da história. O tema se relaciona com a questão da concentração da propriedade terra; com o desenvolvimento das forças produtivas e a sua incidência sobre os demais fatores sociais, econômicos, políticos e culturais numa dada sociedade; com a organização da produção e sua forma de apropriação entre as classes; ou mesmo com a luta política e com a luta de classes em que a terra aparece na base do controle e dominação territorial, dentre outros.

Neste trabalho vamos tratar do conceito compactuando da perspectiva que João Pedro Stedile evidencia na coleção, por ele organizada, *A Questão Agrária no Brasil*, onde a questão agrária vai ser caracterizada “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2005, pp. 15-16). Além de buscarmos identificar como esse tema vai se configurando no interior da questão nacional como uma dimensão profundamente relevante de nossa realidade, aos poucos elucidada pela evolução do pensamento social brasileiro, bem como por organizações sociais e políticas de esquerda.

Antes, é necessário pressupor que apreender a estrutura e organização da economia e da sociedade brasileira consiste numa tarefa fundamental àqueles que almejam agir de forma consciente e transformadora nessa realidade violentamente desigual.

Realidade essa em que, numa análise coerente e descomprometida com os interesses das minorias abastadas desse país, evidencia, desde as origens, a formação de uma sociedade regida de cima para baixo, onde os interesses das camadas populares sempre foram submetidos aos interesses dessas minorias autoritárias, fazendo com que (como iremos verificar ao longo desse trabalho nas diferentes análises e visões a respeito da nossa realidade) entre o presente e as perspectivas futuras interpunha-se, cheio de trincas, um embaçado retrovisor que faz refletir a todo tempo e em todos os lugares traços indesejados de nossa dura herança colonial e escravista.

É nessa perspectiva que tratar da questão agrária consiste numa premissa fundamental para a apreensão da complexidade que é a realidade brasileira, considerando que essa dimensão da nossa formação social tem a ver diretamente com a expropriação do mais importante meio de produção disponível, ou seja, a terra. Na qual a sua apropriação privada se apresenta historicamente como questão e, logo, como questão agrária, mediante aos tão

mesmos históricos conflitos sociais, dos quais o seu uso, organização, e diferentes modos de apropriação aparecem no interior das variadas formas sob as quais têm se revestido a humanidade no decorrer de sua história.

Hoje, submergidos num contexto em que o rural encontra-se inteiramente submetido ao urbano; em meio às grandes inovações tecnológicas do mundo capitalista, destinadas não somente à indústria, mas também à agricultura; num cenário em que as pesquisas demográficas demonstram uma sociedade onde a população que vive no meio rural se esvazia, enquanto que na cidade aumentam as favelas e crescem os problemas urbanos; num momento em que as lutas sociais pela terra são arrefecidas pelas forças reacionárias e a reforma agrária é sistematicamente abandonada pelos governos e pelo Estado brasileiro; e à luz das mais diversas teorias pós-modernas, chega-se mesmo a afirmar a atual inexistência de uma questão agrária.

Foram essas reflexões que permitiram chegar ao tema desse trabalho. Vivemos, pois, um momento em que, a cada dia, mais as forças do capital demonstram a insustentabilidade do seu modo de produção, e onde a sociedade é envenenada pelos insumos químicos, altamente lucráveis, produzidos e introduzidos pela vigência da lógica capitalista na produção agrícola, atualmente revestida sob a forma do agronegócio. Ou seja, esse modelo que se estrutura a partir da conservação de, no mínimo, dois traços típicos da formação econômica e social brasileira: a concentração fundiária e a monocultura extensiva destinada à exportação, os quais, com efeito, também se tornam responsáveis pelas mais diversas contradições econômicas e sociais geradoras de conflitos, estejam eles no campo ou na cidade.

Portanto, esse trabalho parte da relevância de que a questão agrária é uma categoria analítica fundamental para o desvelamento da nossa formação sócio-histórica, pressupondo que não é possível compreender a atualidade das grandes questões que nos rodeiam sem antes apreendermos as bases fundantes que as suscitam.

É nesse sentido que o objeto sobre o qual discorre esse trabalho é a questão agrária no Brasil, cujo propósito maior é resgatar do pensamento clássico um de seus mais importantes intérpretes, o intelectual marxista brasileiro, Caio Prado Júnior. O qual, pelo teor rigoroso e coerente de suas análises, tornou-se uma referência para estudiosos, não apenas da realidade brasileira, de maneira geral, mas a todos àqueles que pretendem estudar a questão agrária em particular.

Na medida em que, portanto, nos situaremos no pensamento clássico a respeito do tema, destacando a perspectiva desse importante intérprete da realidade brasileira,

encontramo-nos movidos pelo seguinte e central problema: como se estabelece na obra de Caio Prado Júnior a análise da questão agrária no Brasil?

Dessa maneira, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar como se deu a análise da questão agrária no Brasil segundo o pensamento desse autor. Para tanto, buscamos desenvolver três objetivos específicos, que estão organizados nos seus respectivos capítulos da nossa monografia.

No primeiro trataremos do contexto histórico em que surge o debate da questão agrária no Brasil, tentando identificar como os elementos que o compõem já aparecem de maneira fragmentada no pensamento social brasileiro, antes mesmo desse tema se tornar um objeto específico de análise em meio aos intelectuais do país.

No segundo capítulo abordaremos de que forma esse debate se apresentou dentro do PCB, fazendo um resgate histórico da importante trajetória desse partido na luta social brasileira, a sua relação com o mundo do socialismo, especialmente em respeito ao seu relacionamento com a experiência soviética e as diretrizes da III internacional Comunista, visando identificar como a questão agrária se configurou nos programas estratégicos do partido e até que ponto aquelas experiência a influenciaram. Caminho que nos ajudará a preparar o terreno sobre o qual vai se dar o pensamento crítico de Caio prado Júnior.

E, finalmente, no terceiro capítulo será analisada a perspectiva de Caio Prado Júnior, cujo propósito é localizar as principais teses vigentes em que se relaciona o assunto da questão agrária, bem como os seus principais representantes, e a maneira com a qual o nosso autor se coloca diante dessas teses.

A metodologia de pesquisa adotada foi substancialmente qualitativa, baseada fundamentalmente em leituras bibliográficas, fichamentos de textos e análises teóricas, destacando-se o pensamento de importantes pensadores como Octávio Ianni, Leandro Konder, Ricardo Antunes, Lukács, José Antônio Segatto, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, dentre outros.

Ademais, espera-se que tal trabalho venha a contribuir com o debate sobre esse importante tema que é a questão agrária, e que o mesmo não se limite a cumprir exigências acadêmicas unicamente, podendo, de alguma maneira, servir como instrumental na luta contra as injustiças sociais em nosso meio e na dura batalha pela emancipação humana. Horizonte para o qual esse trabalho se encontra dirigido.

CAPÍTULO 1: O contexto histórico do debate sobre a questão agrária no Brasil

1.1 Da Independência à República

O século XIX no Brasil foi marcado por embates provocados por movimentos populares e correntes de pensamentos que, de olhos nas transformações econômicas, científicas, políticas, sociais, culturais e filosóficas ocorridas na Europa, fazia lançar no cenário nacional uma série de preocupações sob as quais se vislumbrava a inclusão de nossa sociedade no curso da modernidade.

A Independência do Brasil em 1822 significou, de alguma maneira, a expressão de um amplo movimento de cunho liberal que se popularizavam no país, cujos interesses se encontravam submetidos à dominação política e econômica de Portugal, principalmente a elite agrária e comercial que precisava de liberdade política e econômica para expandir os seus negócios e que a subordinação à metrópole obstaculizava, somando-se aí as altas taxas de impostos sob a qual se submetia. Esses movimentos se referenciavam em movimentos liberais externos a realidade brasileira como fora, por exemplo, a independência dos Estados Unidos, 1776, e a Revolução Francesa, 1789, cujos ideais chegaram ao Brasil e influencia essa ampla movimentação política contra a nossa condição colonial e, portanto, pela independência do país.

Mas os preceitos liberais que por eles se encontravam em campanha não tiveram força suficiente para alterar toda a velha estrutura econômica, social e política sobre a qual se assentava a nossa sociedade. E as esperanças nutridas por essas correntes tardariam ainda muitas décadas para verem os seus sonhos liberais e republicanos florescerem. Pois uma vez feita a Independência¹, a Monarquia tratou logo de ir suprimindo os movimentos que esperavam que, coma sua ascensão, o Brasil pudesse sair do anacronismo em que se encontrava e se transmutar das velhas formas a formas mais avançadas, cujo modelo a ser seguido se refletia no espelho das experiências europeias. Mas não foi o que ocorreu:

¹ Na ausência de um termo mais apropriado, utilizaremos a costumeira expressão “independência” quando nos referirmos à ruptura brasileira com a metrópole portuguesa em 1822. Pois a rigor, apesar de o Brasil ter rompido os laços que significavam a sua subordinação direta àquele país, uma vasta literatura já comprova que ele nunca fora independente de fato se se tem em vista a subserviência econômica e política com a qual tem se relacionado com os países imperialistas no decorrer de sua história, até os dias atuais.

O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modelo pelo qual se organizou o Estado Nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. (IANNI, 2004, p.16).

Dois movimentos importantes contribuíram para ajudar a aflorar as condições que levaram à independência do Brasil. Um que vinha de dentro, representado principalmente pelos movimentos populares críticos da sociedade colonial brasileira e, ao mesmo tempo, influenciados pelas formas com as quais se tinha revestido o desenvolvimento capitalista em muitos países da Europa. E outro que vinha de fora, onde a nossa independência muito interessava a uma potência capitalista como a Inglaterra. Pois, com ela, os seus interesses econômicos não mais estariam subordinados às condições impostas por Portugal e, assim, uma relação comercial com o Brasil poderia, aqui, ser estabelecida sem mediações especuladoras, tal como se dava em suas relações com aquele país, como demonstrado Caio Prado Júnior (1970) em sua clássica obra *História econômica do Brasil*. E desta maneira, numa conciliação de interesses arranjados pelo alto, o Brasil deixou de ser colônia sem que, entretanto, a colônia o deixasse. Pois como veremos, muitos dos velhos traços coloniais constituirão o espectro que acompanhará a nossa economia e sociedade ao longo de sua existência, de maneira tão intrínseca a ela como a sombra que sempre se encontra por detrás de um objeto exposto a luz.

Esse paradoxo da herança colonial constitui o campo real dos grandes debates que percorreram todo o século XIX, e é também o cenário sobre o qual se mobilizaram movimentos e pensamentos, os quais tinham a sua frente problemas de naturezas diversas, tais como os resultantes dos séculos de escravismo, e deles os desafios abolicionistas; o lusitanismo herdado de Portugal, o arbítrio monárquico, bem como os anseios republicanos e democráticos; o anacronismo da sociedade brasileira e a urgência de trazê-la para o presente; as contradições de um país recém-independente e os esforços para a construção de um pensamento e de uma identidade nacional, dentre outros.

Todos esses dilemas e esses grandes debates se dirigiam a um único sentido: entender a natureza da nossa sociedade e superar o seu indesejado atraso visto em relação aos países centrais europeu, como demonstra Octávio Ianni (2004), nos trazendo um pouco do clima intelectual e político com o qual se propunham a entender e intervir na realidade brasileira alguns intérpretes da questão:

Em meados do século 19, as figuras de Mauá, Alves Branco e Tavares Bastos, entre muitos outros, expressaram as inquietações com um país atrasado na

corrente da história, anacrônico do seu tempo. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais perto do seu presente. Interpretando as sugestões e interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada progresso. (IANNI, 2004, p. 17).

Dessa maneira, por muito tempo, muito do que se produziu intelectualmente no Brasil a fim de entendê-lo e explicá-lo fora cópias de modelos europeus, formas trazidas de onde se dava o centro do desenvolvimento capitalista para que nelas se encaixasse o conteúdo da realidade brasileira.

Octávio Ianni (2004) ilustra com precisão esse momento ao indicar alguns dos importantes autores brasileiros que se dedicaram ao estudo da nossa particular realidade durante o período que hora nos ocupamos, cujas ferramentas analíticas eram fornecidas pelas formas eurocêntricas:

Essa é uma parte importante de nossa história que se revela nos escritos de Tavares Bastos, Silvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompéia e Outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século 19 brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitavam-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação (IANNI, 2004, p. 17).

Na segunda metade do século XIX, no bojo dos grandes eventos internacionais combinados à efervescência interna no país, onde se evidenciavam as lutas populares críticas ao regime servil e monárquico, e também em confluência com as incisivas lutas abolicionistas, emergiam movimentos intelectuais empenhados em construir uma leitura da realidade brasileira com base na sua processualidade histórica. Mas seus esforços, cujo fermento se buscava nos modelos europeus, se demonstravam, muitas vezes, frágeis, visto que os seus pensamentos eram postos em questão pela própria particularidade da realidade brasileira, impondo um grande hiato entre o pensamento social e o conteúdo real sobre o qual este se propunha a pensar.

Nesse período de fins do século XIX, a realidade brasileira era profundamente diversa da realidade dos países europeus. Daí a impossibilidade da simples transposição de modelos desenvolvidos para explicar aquelas sociedades, às quais cujo desenvolvimento capitalista se deve, em muito, ao saque de nações de origens tais como a do Brasil. Em fins do século XIX, enquanto ainda relutávamos para superar o anacronismo existente entre nós, o capitalismo já

transcendera da era simplesmente concorrencial à monopólica e o mundo encontrava-se em plena partilha entre as potências mundiais mais importantes, período à que Lênin (2010) denominou como “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, e onde cujo papel brasileiro nessa divisão, assim como às demais nações de origem colonial, era o de servir como fornecedor de matéria-prima para o desenvolvimento do capitalismo naqueles centros geopolíticos, onde sediavam as potencia imperialistas mundiais².

Isto também foi demonstrado por Ianni (2004) nas seguintes palavras:

Eram evidentes o ecletismo, o anacronismo e o exotismo, se pensarmos nas convergências e nos desencontros entre as ideias e a realidade. A realidade social, econômica, política e cultural com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustavam facilmente às ideias e aos conceitos, aos temas e as explicações tomadas emprestadas às pressas de sistemas de pensamentos elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção de um pensamento capaz de pensar a realidade nacional (IANNI, 2004, p. 18).

E na mesma linha argumenta o autor:

[...] ao fim do século 19 o Brasil parecia viver no fim do século 18. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelavam-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempo do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo. (IANNI, 2004, p. 20).

Na obra “*Raízes do Brasil*”, Sérgio Buarque de Holanda (1995) trata das profundas contradições existentes entre as relações sociais e a vida intelectual do país, sejam da era colonial propriamente dita ou da herança que dela emana. Além disso, o autor demonstra o largo distanciamento existente entre os debates intelectuais feitos por aqueles que, na maioria das vezes eram filhos dos coronéis e barões das fazendas que haviam estudado na Europa e lá apreendido os ensinamentos liberais, e os argumentos por eles sustentados sem relevância diante da particular organização da economia e da sociedade brasileira e de suas formas tradicionais coesionadas pela cultura patrimonialista, autoritária e patriarcal. Realidade esta estruturada de tal maneira que até mesmo a organização burocrática do Estado e suas estruturas jurídico-políticas parecia limitar-se a reproduzir as relações patrimonialistas

² Estudos mais profundos sobre o assunto encontram-se em: LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008. E também em: NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

absorvidas no interior das fazendas e da casa grande, assim como suscitado pelo autor. Daí a contradição de que essas reflexões eurocêntricas ancoradas em nosso meio se chocavam com as estruturas atrasadas reduzindo, assim, as aspirações liberais a simples retóricas, ornamentos de uma sociedade arcaica de base e herança colonial e, por isso, sem correspondência com a realidade a qual esses ideais pretendiam representar.

Somente ao fim do século XIX, precedida pela tardia liberação dos escravos em 1888 e pela proclamação da República em 1889 é que o Brasil começa a romper com certas expressões de seu passado servil. Ele libera a força de trabalho para o incipiente mercado capitalista que se internalizava, liberando, ao mesmo tempo, também forças econômicas e políticas, numa conjuntura favorecida pela corrente migratória de trabalhadores pobres vindos, principalmente, da Europa, para aqui serem explorados, seja pela insipiente indústria, ou pela exploração agropecuária do modelo primário exportador que, o qual, mesmo baseado no trabalho servil, garante a acumulação de capital e o abastecimento do mercado capitalista mundial, verificando-se aí o papel muito bem definido cumprido pela atrasada economia e sociedade brasileira à modernidade capitalista mundial, constituindo uma das importantes bases para que aquela se desenvolva e se sustente.

1.2 A transição para a forma republicana

Às mudanças ocorridas em fins do século XIX e à migração europeia também se deve o surgimento entre nós de novas formas de organizações populares que vão marcar a história do país, tais como as propostas sindicalistas, as organizações anarquistas, socialistas, anarcossindicalistas, comunistas etc. Com elas, desenvolvem-se manifestações sociais protagonizadas pelos trabalhadores, os quais passam a utilizar maneiras próprias de leitura e intervenção na realidade, cujos interesses se demonstram antagônicos aos interesses das classes que sempre dominaram no país.

Com efeito, esses movimentos populares também se orientavam intelectualmente a partir das referências das lutas populares desenvolvidos em países da Europa, onde o tema da revolução proletária havia imputado experiências revolucionárias reais³.

³ Se quisermos tomar como exemplo algumas dessas experiências revolucionárias basta recordar eventos como a *Revolução de 1848*, que ficou conhecida como *A Primavera dos Povos*, ou os diversos momentos em que se deu a organização da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), também há a revolta dos trabalhadores franceses que culminou na *Comuna de Paris* em 1871, além da organização de movimentos e

Contudo, apesar dos novos patamares da sociedade e do pensamento social brasileiro terem sido germinados ao longo de todo o século XIX, potencializados pelo fim do regime escravocrata e monárquico e reforçados pela migração europeia – principalmente nos últimos decênios desse século – é somente no século XX que eles ganham profundidade e força:

Em 1888-89, o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a escravidão e a monarquia, proclamou a república e o trabalho livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesão para a indústria. Ao mesmo tempo, jogara na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. Recebeu, inclusive, o que não imaginava, em termos de ideias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de ideias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos. (IANNI, 2004, p. 21).

Mas a República foi mais um dos arranjos que aqui se fazem pelo alto sem que neles se representem os interesses das maiorias. Aliás, o que se configura nesses arranjos é que, como afirma Octávio Ianni (2004, p. 22), “modificam-se um pouco os arranjos do poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transforme substancialmente”, podendo a nossa sociedade ser vista numa curso de desenvolvimento que a análise leninista classifica como a *via prussiana*.

Dessa maneira, com a ascensão da oligarquia rural ao poder em 1889, se comparada ao feito imperial em 1822, do ponto de vista da estrutura fundiária de caráter colonial, pouca coisa ou quase nada se alterou: a terra continuou concentrada, fato que foi assegurado pela Lei de Terras de 1850⁴, também responsável pela exclusão da grande massa da população do acesso a ela, e o modelo econômico dominante continuou sendo o monocultivo extensivo de produtos primários destinados à exportação – Quadro que só passa a ser apreciavelmente alterado em 1930, quando o país sofre as consequências diretas da profunda crise que se abateu sobre o capitalismo mundial levando a nossa economia e sociedade a uma série de rearranjos internos como forma de superação daquela crise.

Deste modo, a longa via de transformação de escravos em proletários no Brasil é precedida pela Lei de terras de 1850.

partidos políticos de caráter anarquista, socialistas e comunistas em diversos países da Europa, bem como a vitória dos *bolcheviques* na revolução soviética em 1917.

⁴ Essa lei encontra-se integralmente registrada em: *A questão agrária no Brasil: o Debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org). 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.*

A classe dominante no Brasil, nesse sentido, sendo esse país baseado numa economia quase exclusivamente agrária, com a libertação dos escravos precisava manter aprisionado em poucas mãos o seu mais importante meio de produção, sobre o qual se sustentava todo aquele sistema, ou seja, a terra. Essa lei de terras foi, portanto, o instrumento jurídico necessário para que o seu acesso permanecesse como de antes em sua origem colonial, restrita a uma pequena classe agrária dominante, e inacessível a maior parte da população, agora ex-escrava, vivendo muitas vezes em condições ainda de semiescravidão, e alheada do acesso a terra como um bem próprio.

Fato que, por outro lado, garantia que, ao serem libertados os escravos em 1888, estes continuem a disposição da grande exploração agrária, uma vez que a eles não havia outra alternativa a não ser colocar a sua força de trabalho a disposição daquele sistema, constituindo uma enorme reserva de trabalhadores a serviço da sua manutenção.

De acordo com João Pedro Stedile (2005), a lei de terras é também responsável pelo nascimento das favelas nos centros urbanos, donde podemos concluir que essa lei, além de compor o campo de problematizações acerca da nossa questão agrária, também vai constituir (embora esse não seja o objeto específico desse trabalho) parte importante do conjunto dos elementos constitutivos do que atualmente se chama de “questão urbana”. Vejamos o que diz o autor:

Com a liberação dos trabalhadores – oficializada pela Lei Áurea, de 1888 – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” a sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, restando-lhes a única alternativa de buscar sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. E pela mesma lei de terras, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de constituírem suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras. (STEDILE, 2005, p. 24).

Esses acontecimentos vão dar origem no Brasil ao desenvolvimento de um conjunto de contradições que, ainda que comportando características particulares próprias da nossa formação social, somente com a interiorização de relações capitalistas de produção poderiam se desenvolver.

Se quisermos tomar como referência alguma das lutas sociais que surgem como parte dessas contradições é a Revolta de Canudos, cujos fatos foram registrados pelo jornalista e escritor Euclides da Cunha (1984) em sua obra *“Os Sertões”*. Aquela massa de homens e mulheres, levados ao mais profundo pauperismo, concentrados no arraial de Canudos, não encontraram lugar estável na sociedade que se transformara. Pois o velho mundo havia ruído as suas bases, levado as últimas consequências pelo golpe republicano, e o novo mundo que tampouco havia se consolidado plenamente não lhes reservara a estabilidade social necessária e, porque não dizer, desejada.

Assim, vagavam eles num vácuo em que não mais eram escravos, não eram proprietários, nem tampouco proletários, e por não reunirem as condições necessárias para entender aquela processualidade que se operava acabaram por eleger a República como o seu pior inimigo. Diante das intempéries por eles enfrentadas criaram sua forma própria de existência social, organizados no Arraial de Canudos. Resistiram, lutaram, e foram massacrados numa guerra civil que ficou conhecida como uma das mais sangrentas registradas nas páginas de nossa história.

Fato que demonstra, já nos primeiros anos da República, o tom com o qual o novo Estado iria tratar as lutas sociais no interior do novo regime, elucidando a continuidade dos métodos autoritários e coercitivos aos quais as classes dominantes sempre recorreram para arrefecer as coisas por aqui, sempre que essas ameaçam entrar em chamas.

1.3 O Brasil rumo à modernidade

Se por um lado, com as mudanças ocorridas na passagem do século XIX para o XX no âmbito do Estado e da sociedade brasileira, algo da velha estrutura social se manteve. Por outro, elementos novos hão de surgir e se combinar em meio às novas relações que aqui se estabeleceram, sejam do Estado com a sociedade, destes com a economia, ou no espírito empreendedor que as novas bases dessa sociedade passaram a exigir ao sabor do capitalismo, cujas formas típicas encontravam-se em via de internalização. O fenômeno foi explicado por Caio Prado Júnior (1970):

No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que, se não era novo, mantivera-se no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de propriedade material. Isto, na Monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará. O contraste dessas duas fases, anterior e posterior no advento

republicano, se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer. No Império ele não representava senão figura de segundo plano, malvista aliás e de pequenas considerações. A República o levará para uma posição central e culminante. A transformação terá sido tão brusca e completa, que veremos as mesmas classes e os mesmos indivíduos mais representativos da Monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociistas. Ninguém escapará aos novos imperativos da época. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 208).

Dessa maneira, é somente no início do século XX, principalmente a partir da segunda década, que as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que vinham se operando desde o século anterior se consolidam. Diante disso, de acordo com Ianni (2004), o ano de 1922 constitui um marco na vida social, cultural e intelectual do país:

Surge o tenentismo, movimento civil e militar orientado no sentido de alterar as estruturas oligárquicas prevaletentes; cria-se o Centro Dom Elder Vital, congregando católicos interessados em preservar a civilização ocidental e cristã no país; funda-se o Partido Comunista Brasileiro [...] realiza-se a Semana de Artes Modernas em São Paulo, procurando novos temas e novas linguagens para as artes e o pensamento social no país. Parece que o Brasil começa a ingressar no século 20 nesse ano. Os acontecimentos de 22 sugerem os princípios de outra época, outro ciclo da história [...]. Outra vez, os movimentos da sociedade indicavam tendências diversas e antagônicas, mas preocupadas em mudar alguma coisa. Mudar para frente ou para trás, mas mudar. Para que o país não continuasse como ia. Um país que parecia atrasado, anacrônico (IANNI, 2004, p. 23).

E de fato o Brasil se encontrava em via de significativas transformações. Era necessário encurtar a distância que havia entre a atrasada estrutura da economia e da sociedade brasileira e os vetores culturais, intelectuais e políticos que gravitavam em torno da questão nacional. Estas eram traduzidas em movimentos reais, conspirações, ações diversas e enfrentamentos os quais, longe de se colocarem em direção única, faziam tremer toda a velha estrutura em que se assentava a sociedade brasileira. Além disso, essas forças contestatórias são acrescidas quando o esgotamento do modelo primário exportador é posto em evidência no momento em que nele se rebatem todas as consequências da crise de 1929, fazendo sentir os duros golpes resultantes de uma sociedade que se construiu de maneira servil e dependente.

Há, dessa maneira, entre as décadas de 20 e 30 do século XX no Brasil, o amadurecimento e a consolidação dos movimentos e das contradições que vinham se operando no seio dessa sociedade. A crise que se instalou sobre o capitalismo em 1929, que o levou a uma série de rearranjos econômicos e políticos, para continuar garantindo os seus

patamares de acumulação, faz com que o Brasil promova o seu próprio rearranjo interno no intuito de buscar saídas para o profundo abismo em que os séculos de vigência do modelo econômico fundado, sobretudo na grande exploração agrária, o haviam metido. Essa crise, aqui expressada sobre a depressão do mercado do café, põe em evidência a fragilidade de uma economia que se sustentava quase que exclusivamente sobre bases agrárias, e cuja reprodução se dava em torno do predomínio de interesses externos.

Ao mesmo tempo, contudo, ela fortificou os vetores políticos que permitiram a tomada do poder pela burguesia industrial; favoreceu as condições para a industrialização dos setores estratégicos da economia nacional, incluindo a modernização da agricultura; aprofunda a proletarianização dos trabalhadores, tanto na cidade como no meio rural; induz a criação de um mercado de produção e consumo com vista ao atendimento a demandas internas; e como não era possível suprimir o modelo agrário anterior, uma vez que dele é que se originariam o capital e as divisas necessárias à indústria, terminaram por secundarizar os interesses das oligarquias rurais que dele viviam.

1.4 O Brasil concreto e o Brasil pensado

Os acontecimentos de 1930 parecem tornar mais claras as questões que até então apareciam de maneira enigmática. O concreto e o pensado parecem estar mais próximos e as interpretações acerca de nossa realidade agora tinham como suplemento a explicitação de determinados movimentos e tendências que não haviam se revelado inteiramente até pouco tempo. Essa crise, bem como os rearranjos políticos e econômicos que em torno dela se realizaram, põe mais nitidamente as lutas sociais, sejam dos operários dos centros urbanos ou dos trabalhadores no meio rural: tais como o messianismo e o cangaço; consolidam-se movimentos sociais; organizam-se partidos políticos e sindicatos; o PCB cresce e se dinamiza; o proletariado está em emergência a par com os surtos de urbanização. Tudo isso conflui para que o Brasil atinja novos patamares de sua economia e sociedade, bem como para o amadurecimento intelectual daqueles que se propunham a pensá-lo.

Foi na década de 1930 que se formularam as principais interpretações do Brasil moderno, configurando uma compreensão mais exata do país. Muito do que se pensou antes se polariza e se decanta nessa época. E muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então. É claro que o que se pensa depois também inova. Há contribuições sobre a formação histórica do país, os seus dilemas presentes, suas possibilidades futuras. Os

escritos de José Honorário Rodrigues, Raimundo Faoro, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura e muitos outros expressam continuidade e inovações fundamentais. Mas naquela época formularam-se algumas matrizes do pensamento social brasileiro, no que se refere a quest  es básicas: a voca   o agrária e as possibilidades da industrializa   o, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a regi  o e a na   o, a multiplicidade racial e forma   o do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradi   o. (IANNI, 2004, p. 26).

A partir da década de 30 tornam-se mais maduros os amplos movimentos que vinham se operando nessa sociedade desde meados do século XIX, e que se potencializam e se dinamizam na década de 20 do século XX. Nessa época, fazem-se sentir as duras consequências de um país que durante séculos se construiu sobre base agrária num regime de servidão e que, agora, sob os novos imperativos absorvidos por meio da moderniza   o, aquelas velhas formas, tomadas como herança, imp  e-se como quest  o e, não obstante, v o ocupar o terreno das manifesta   es populares e suas diversas formas de organiza   o, bem como das manifesta   es culturais, do universo da política e da literatura.

Os problemas do escravismo; da herança colonial; da república que se constituiu sob interesses oligárquicos; o modelo agroexportador; o patrimonialismo; o autoritarismo; e o clientelismo, nenhum desses aspectos de nossa forma   o histórica escaparão àqueles que, interessados na quest  o nacional, se colocam a entender e explicar o Brasil nas suas particularidades dentro do cenário mundial.

Não havia como pensar nossa sociedade de forma coerente num momento em que ela se dirigia   industrializa   o e   urbaniza   o, ou seja, em via de internaliza   o das rela   es sociais tipicamente capitalistas (e diga-se, nas suas formas mais acabadas) sem que, necessariamente, não tivéssemos de nos reportar ao passado colonial. Passado esse que, embora secundarizado em face dos novos imperativos que agora se sobrepunham, continuou vigente se se tem em vista a permanência de muitos dos seus tra  os, dentre eles as já mencionadas heranças do escravismo, o modelo agroexportador, a concentra   o fundiária etc.

Daí a emergência e de contradi   es que desde a aboli   o e a proclama   o da república vinham se manifestando através das lutas sociais, resultantes da inter-rela   o entre as velhas e as novas determina   es que passaram a se entrela  ar entre o fen meno agrário e industrial, ou, se preferir, o fen menos rural e o urbano:

  inegável que muitos fatos estavam recriando e agudizando os desafios da sociedade, desde os primeiros momentos do regime republicano: predomin o

das burguesias paulista e mineira no bloco de poder formado com a república e expressão também na política dos governadores; as lutas sociais de base agrária em canudos e em outras partes em que estavam em curso as ocupações de terras devolutas e indígenas; as greves dos colonos na cafeicultura e de trabalhadores assalariados nos centros urbanos como atividades industriais; o messianismo do Padre Cícero, no Juazeiro; as exigências da primeira guerra mundial e das crises da cafeicultura, uma economia primária exportadora; a emergência de movimentos sociais, partidos políticos e outras manifestações de setores populares rurais e urbanos, em luta por conquistas sociais diversas. (IANNI, 2004, pp. 28-29)

Assim, é indiscutível que o Brasil se transformara bastante na passagem do século XIX ao XX, e chega à década de 20 e 30 deste último com o aprofundamento dos dilemas da questão nacional que, transitando entre o passado e o presente, vão compor o leque das preocupações polarizadas nas diferentes perspectivas sustentadas pela diversidade do movimento intelectual brasileiro, os quais passaram a refletir o Brasil sob a moldura da modernidade.

Segundo Ianni (2004), a polarização desses movimentos intelectuais, principalmente em fins do século XIX até a primeira metade do século XX, foi acompanhada do lento deslocamento do centro da vida nacional referenciado no Nordeste, cuja simbologia se dava em torno de Recife e da chamada *Escola de Recife*, para o Centro-Sul, cujo centro simbólico era São Paulo. Ainda segundo o autor, a *Escola de Recife*, onde reuniu importantes intelectuais do pensamento nacional brasileiro, “expressa bastante bem uma época de apogeu e crise do predomínio do Nordeste na fisionomia do Estado nacional.” (IANNI, 2004, p.32), o que vai sendo lenta e gradualmente alterado com os eventos evidenciados desde fins do século XIX até a década de 30 do século XX, que colocam o Centro-Sul no centro da economia e da política no Brasil, e que levaram a ruptura da predominância agrária na vida política do país. Dessa maneira, não apenas a economia e a política passaram a centrar e difundir as suas atividades a partir do Centro-Sul, mas como também em torno delas – de sua dinâmica e dos velhos e novos imperativos que a partir delas se difundiram – passou a centralizar toda a amálgama do pensamento social brasileiro, aos quais as determinações do Brasil moderno, apresentando-se de maneira inédita e latente, colocavam-se como desafios para serem desveladas.

Daí que ao descortinamento do Brasil moderno, impunha-se, irredutivelmente, o tratamento de temas que deixaram evidente o confronto do passado com o presente e cujas formas traçam o perfil particular com a qual se configurou essa modernização, “polarizada pela ideia de modernização conservadora, autoritária, democrática ou socialista” (IANNI, 2004, p.32).

Assim, saltou aos olhos, ouvidos e bocas dos pensadores da questão nacional, no que tange ao Brasil moderno, temas como:

[...] o capitalismo nacional, o capitalismo associado, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação do trabalho e da preguiça pelo ascetismo, a mudança de instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social. Em distintas gradações, as expectativas de uns e outros abrem-se em um leque bastante amplo, compreendendo propostas de cunho liberal, liberal-democrático, corporativo, fascista, socialista e outros.”(IANNI, 2004, p. 32).

Percebamos que tanto antes quanto depois da década de 30 a questão nacional estava posta. Ela compõe o núcleo do pensamento social brasileiro. Mas é a partir dos eventos desencadeados em torno da década de 30, onde o Brasil moderno está em evidência, que uma leitura mais adequada da realidade brasileira começa a se disseminar. Segundo demonstra Ianni, autores como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior (2014) inauguram um momento singular na vida intelectual brasileira, visto que “conseguiram reinterpretar a história do país, explicar o presente e descortinar algumas tendências futuras” (IANNI, 2004, p. 34).

Suas interpretações tornam-se referências a partidos políticos, no ensino e na pesquisa universitária, em programas e diretrizes de governantes; influenciam o pensamento social conferindo nova cientificidade e novas abordagens; influenciam também nas atividades de partidos e movimentos sociais, bem como na polarizada opinião pública. Suas leituras quebram antigos paradigmas, criam novos e esses se tornam ponto de chegada e ponto de partida do longo caminho percorrido pela vida intelectual do país desde o seu nascimento:

Depois de todo um amplo debate que atravessou décadas, quando se multiplicaram dúvidas e ambiguidades, muitos têm a sensação de que o país encontrou a sua articulação histórica, o seu perfil, o seu caminho. Conservadores, autoritários, liberais, democratas e socialistas já têm ao seu dispor um esquema básico, uma referência coerente, um paradigma para pensar e agir. Assim Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior adquirem a aura de clássicos. (IANNI, 2004, p.34)

1.5 As diferentes perspectivas

Claro que a abordagem desses pensadores não assume um sentido único. Oliveira Viana tem influência do pensamento conservador brasileiro e europeu. Pensa a sociedade brasileira composta por uma sociedade civil fraca, cultural e politicamente incapaz e, por isso, há que instituir a supremacia do Estado, o qual deve ser “dinâmico, corporativo, modernizador”. O teor de sua interpretação, com efeito, “ressoa bastante no pensamento brasileiro, em setores empresariais, políticos, militares, jornalísticos, universitários” (*idem*, p. 35).

Gilberto freire, cujo pensamento é influenciado pelo pensamento moderno europeu e norte americano, analisa a sociedade as suas formas de sociabilidade, instituições e formas sociais. Rompe com as equivocadas interpretações que associavam cultura e raça e analisa as formas do Estado e a maneira com que este se confunde com a família patriarcal, num contexto de surgimento da ideia de “democracia racial”.

Sérgio Buarque de Holanda é influenciado pelo pensamento alemão, bebe de fontes como Dirthy, Rickert e Weber. Sua perspectiva aborda as formas de sociabilidade, a cultura, o tipo ideal. “Percebe de um modo aberto a sociedade civil e o Estado”, e sua abordagem acerca do “homem cordial” “sintetiza uma parte expressiva da forma pela qual apanha momentos da história, em moldes supra-históricos.” (IANNI, 2004, p. 35).

As raízes de Roberto C. Simonsen estão na economia política. Para ele, a história é fruto de um desenvolvimento econômico

[...] no qual estão em causa o empresário, a tecnologia, o planejamento governamental, a racionalização da empresa, o aumento da produtividade, o adestramento profissional do trabalhador, a legislação trabalhista destinado a formalizar o mercado de mão-de-obra. (IANNI, 2004 p. 36)

E Caio Prado Júnior, assim como afirma Octávio Ianni:

[...] tem raízes no pensamento marxista. Analisa a formação social brasileira em termos de forças produtivas e relações de produção, expropriação do escravo e trabalho livre, desigualdades sociais e relações de classes. Apanha a história como um caleidoscópio de ‘ciclos’ e épocas, diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, complicadas pelas diversidades e desigualdades raciais e regionais. Desvenda as lutas, reformas e rupturas que demarcam épocas e perspectivas da história social brasileira (IANNI, 2004, p. 36).

Ianni (2004) afirma ainda que a perspectiva de Gilberto freire acerca da história do Brasil é a matriz representada pelo Nordeste; e a de Oliveira Viana e de Sérgio Buarque de Holanda é matriz do Rio de Janeiro, ou seja, a visão a partir da capital do país, “do todo visto a partir do centro político e cultural” (IANNI, 2004, p. 36), onde a perspectiva do primeiro é

mais política e a do segundo e mais cultural; e Caio Prado Júnior e Roberto C. Simonsen concebem a história do Brasil a partir da matriz paulista que está se desenvolvendo naquele momento em meio aos surtos da industrialização.

Estes autores marcaram a história da vida intelectual do Brasil, pois inauguraram estilos de pensamentos, colocaram em questão antigos paradigmas, influenciaram formas de pensar e agir, instituíram uma leitura da realidade brasileira mais de acordo com as suas complexidades, articulando os dilemas do passado com o presente, bem como os desafios do futuro, a respeito do qual criaram propostas e traçaram tendências.

Além disso, mesmo diante das diferentes perspectivas com as quais os mesmos olhavam para um todo comum que é a realidade brasileira, assim como demonstrado por Ianni (2004), estes trataram de maneira inédita as inquietações que tomavam conta do pensamento social brasileiro desde suas origens. E em meio a uma realidade em que, para além da modernização de fato, a própria modernidade tornara-se uma obsessão, esses personagens lograram tratar da história do Brasil de maneira séria e coerente sem se deixarem contagiar pelo ufanismo modernista. Motivo que – deixando de lado as divergências teóricas em que os mesmos se encontram envolvidos e reconhecendo os limites que colocam o pensamento dentro do contexto do seu tempo – tem conferido a esses personagens o direito de habitar no espaço reservado aos clássicos na história da literatura brasileira.

1.6 A questão agrária e a questão nacional

Como se percebe, é difícil situar um momento específico do surgimento de maneira temática e sistemática do debate da questão agrária no Brasil. Pois o mesmo é fruto de um longo processo de desenvolvimento e amadurecimento do pensamento social brasileiro no interior das grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que aqui ocorreram desde a chegada dos colonizadores. De modo que, se por um lado, este tema não aparece de maneira explicitamente clara senão no século XX, muito dos elementos que o compõem já se encontravam anteriormente fragmentados nas inúmeras obras de autores brasileiros empenhados em entender, explicar e transformar a economia, a política, a cultura e a sociedade brasileira desde antes, fazendo com que estes pensadores sociais se constituam como importantes fontes aos que pretendem tratar do tema de maneira rigorosa e sistemática.

É, portanto, no interior do debate da questão nacional que se germina e ganha força o tema da questão agrária, tal como elemento analítico fundamental para o desvelamento da

realidade brasileira. Pois o aprofundamento do conhecimento ao seu respeito passa a ser matéria indispensável a quem pretende entender as vicissitudes que aqui se operaram, e obrigação básica a quem interessar a transformação de nossa sociedade, ou mesmo a sua conservação.

O Brasil foi movido por mais de três séculos por uma economia quase que exclusivamente agrária – sendo este, por isso, um de seus traços caracterizadores. Mesmo quando ele se industrializa e se urbaniza, mantém, não apenas certas tradições de seu passado colonial (como demonstraram os diversos autores dos quais tratamos anteriormente), mas a própria estrutura básica da economia e sociedade brasileira típica dos tempos coloniais, que é a concentração fundiária e a grande exploração agropecuária destinada à exportação. E daí a convivência sempre conflituosa e antagônica entre os grandes proprietários de terras, apoiados pela lei, e os trabalhadores do meio rural: ex-escravos, posseiros, colonos, meeiros etc.

Desse modo, interpõem-se historicamente dois modelos conflitantes no cenário brasileiro. Um predominante e avassalador: a grande exploração agropecuária centrada em alguns poucos gêneros primários exportáveis, outro pequeno e subordinado: a pequena agricultura de caráter camponês. Podendo ainda ser acrescentada a contradição entre os grandes proprietários latifundiários, por um lado, e a massa de trabalhadores rurais sem direito à terra, por outro. Problemas estes que emanam da permanência do modelo agroexportador, cuja vigência transcende as diversas facetas da economia e da política na sociedade brasileira desde a colônia aos dias atuais, determinando as relações econômicas e sociais no meio rural em particular, e os diversos papéis que esse modelo tem cumprido em diferentes períodos na história do Brasil como um todo, não importando se o uso e organização da terra e seus recursos sejam em função de interesses externos (como indubitavelmente tem demonstrado a história), isto é, em prol dos interesses das potências imperialistas mundiais, em primeiro lugar, ou aos interesses do desenvolvimento do capitalismo interno, nacional, subordinado, em segundo.

Aos debatedores polarizados na questão nacional fora confrontado problemas que mais tarde também serão retomados por aqueles que tratarão da questão agrária. Problemas estes tais como os derivados da colonização, do regime escravocrata, das fazendas, do engenho, da senzala, dos quilombos, da Lei de Terras, do coronelismo, do patrimonialismo, da abolição. Bem como os oriundos da organização da produção, do trabalho, do comércio e do Estado, sejam antes, durante ou depois da forma colonial, da crise de 30, do fim da predominância da oligarquia rural no poder em face da burguesia industrial, da industrialização propriamente dita etc.

Não obstante, com o fim do regime de trabalho escravo no Brasil e com a introdução do trabalho assalariado (este último reforçado pela imigração de trabalhadores vindos de outros países, principalmente da Europa no século XIX), não apenas faz crescer o fermento que consolida o novo regime de trabalho baseado na compra e venda da força de trabalho, como também cria elementos novos que contribuirão com a germinação em nosso meio de formas de organizações sociais e políticas como os sindicatos, partidos, e movimentos sociais de cunho anarquista, anarcossindicalista, socialista, social-democrata e comunista, com os quais escritores, políticos, organizações sociais, partidos e o próprio Estado brasileiro tiveram que lidar.

Por isso, a relação intrínseca que esses movimentos sempre mantiveram junto à classe trabalhadora, influenciados, evidentemente, pelas experiências das organizações sociais e lutas proletárias europeias, faz com que o debate da questão agrária no Brasil, emergido do interior da questão nacional, nasça intimamente relacionado à luta proletária no país e, portanto, como elemento constitutivo das análises, estratégias e proposições dentro dos programas das organizações de esquerda. Dentre elas está o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, no interior do qual a análise da questão agrária adquire relevo, quando seus intelectuais vão discutir a resistência organizada contra a ordem societária burguesa e os possíveis caminhos da revolução brasileira. Vejamos, portanto, de que forma o debate sobre o tema da questão agrária se deu no interior dessa organização para, assim, apreender alguns de seus impactos sobre o pensamento de Caio Prado Júnior.

CAPÍTULO 2: O debate da questão agrária no PCB

2.1 A formação do PCB

Como foi visto no capítulo anterior, a passagem do século XIX para o século XX demarca um momento importante da história brasileira, não apenas do ponto de vista das suas transformações econômicas e sociais, cuja fisionomia é moldada pela forma particular assumida pelo desenvolvimento capitalista entre nós, mas também do seu ponto de vista político, cultural, teórico, filosófico, artístico e intelectual, os quais coincidem aos diferentes contextos em que essas transformações se efetivaram.

Com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e a instituição da República em fins do século XIX, junto a uma incipiente industrialização, a sociedade brasileira vai aos poucos adquirindo uma feição mais moderna e, a par dessas novas características que se vão perfilando em razão da incorporação das relações capitalistas, inauguram-se, concomitantemente, novas formas de manifestações sociais e populares, protagonizadas por um proletariado ainda em formação, o qual aparece no cenário da luta social brasileira como fruto não apenas da introdução do trabalho assalariado, mas também da intensa corrente migratória de trabalhadores europeus, realizada desde fins do século XIX, que só passaria a cessar no início do século XX com a eclosão da Primeira Guerra mundial (1914-1918).

De acordo com Leandro Konder (2003, p. 36), “na passagem do século XIX ao século XX, o proletariado que estava se formando no Brasil absorvia a experiência de numerosos trabalhadores que vinham para cá como imigrantes”. E assim vão ganhando espaço entre nós os ideais socialistas, segmentadas em diversas correntes como as de cunho social democratas, socialista libertários, anarquistas (os “puros” e os “impuros”⁵), os anarcossindicalistas etc.

⁵ De acordo com Konder (2003, pp. 35), “os anarquistas ‘puros’ não só recusavam a política partidária como desconfiavam muito da política sindical: queria se concentrar na pregação doutrinária e na chamada ação direta (atos de repercussão, que não poderiam ser corrompidos pelas instituições ‘burguesas’ e abalariam a opinião pública, sacudindo os espíritos e alertando-os para a gravidade dos problemas)”, Já os “anarquistas [impuros] mergulhavam fundo na movimentação dos grupos de trabalhadores que se organizavam em bases sindicais.” Konder afirma ainda que “os anarquistas ‘impuros’ tiveram uma eficácia muito maior que os anarquistas ‘puros’. Em geral, esses anarquistas ‘impuros’ foram capazes de participar mais efetivamente da vida e das lutas das comunidades a que estavam ligados. Faziam pregação doutrinária, mas também sabiam agitar, quando a agitação lhes parecia necessária (na hora de reivindicar aumento de salário, de fazer greve, de protestar contra a prepotência patronal, ou então na hora de denunciaras mentiras dos ricos e a hipocrisia da hierarquia da Igreja).” (KONDER, 2003, pp. 36-37)

À luz das experiências europeias organizava-se o trabalhador brasileiro no interior da nossa particular realidade em defesa das suas necessidades: primeiro nas *associações de socorro mútuo*⁶ para fins assistenciais e de ajuda mútua em caso de doenças, acidentes ou velhice, num tempo em que o Estado brasileiro não oferecia nenhum tipo de assistência naquele sentido; depois na formação de *União e Ligas Operárias* que, por sua vez, vão dar origem aos sindicatos no início do século XX; há também o surgimento da própria forma organizativa partidária, como foi o caso das tentativas de organização de partidos operários⁷ e socialistas⁸ desde o final do século XIX, culminado na consolidação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁹, em 1922, que nasce como fruto desse tempestuoso processo de constituição do operariado no Brasil. Sem falar que, no campo brasileiro, as contradições do modelo econômico e social aqui implantado historicamente se faziam sentir, expressando-se nas lutas sociais que se intensificavam desde fins do Século XIX, a exemplo da já mencionada “Revolta de Canudos”, as lutas Messiânicas, a revolta no Contestado, a greve dos colonos, a luta dos posseiros etc.

Nesse período, as formas de lutas eram bastante embrionárias, o que fazia com que praticamente inexistisse uma relação entre o movimento operário urbano e o movimento

⁶ Segundo Segatto (1981), algumas dessas *Associações de Socorro Mútuo* “ultrapassaram o assistencialismo e começaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, como foi o caso da Imperial Associação Tipográfica Fluminense que, em 1858, dirigiu a primeira greve de tipógrafos no país.” SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB. A questão social no Brasil* 8. São Paulo: Livraria Editora ciências humanas. 1981, p.17.

⁷ Em julho de 1890 trabalhadores reuniram-se em São Paulo para criar o Partido Operário. Embora o partido tenha tido vida curta, o evento é recordado por representar a primeira manifestação brasileira pela jornada de 8 horas de trabalho. É também em 1890 que surge no Brasil “os primeiros movimentos sociais relacionados ao ‘1º de Maio’.” KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular. 2003, p.44.

⁸ “No ano de 1892, é realizado o I Congresso Socialista, no Rio de Janeiro, tendo como resultado a fundação do primeiro *Partido Socialista Brasileiro*, que tem vida efêmera. Em 1897, é lançado um manifesto de um novo *Partido Socialista* no Rio Grande do Sul. E, em 1902, surge, em São Paulo, o segundo *Partido Socialista Brasileiro*, resultado de um congresso de operários, que reuniu 37 organizações. Daí para frente surgirão outros, todos com vida curta.” (SEGATTO, 1981, p. 17-18)

⁹ Criado em 1922 e representante comunista oficial do Brasil sendo reconhecido pela da III Internacional Comunista, a sigla “PCB” representava o seu nome original denominado então como “Partido Comunista do Brasil”. Em 1960, diante de possibilidades mais favoráveis de legalização e das intensas provocações da direita que os acusavam de representar uma simples sucursal da Internacional Comunista, o Partido decidiu alterar o nome original para “PCB”: “Partido comunista Brasileiro”, como forma de dar mais destaque ao seu caráter nacional. Isso se deu também em razão da formação de um movimento crítico no interior do Partido a respeito das práticas políticas do stalinismo, trazidas à tona pelo Relatório Krushev em 1956 durante a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Posição que a Declaração de março de 1958 lançado então pelo PCB frente ao referido relatório já se demonstrava bastante clara. Contrários a essa posição, um grupo liderado por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, já derrotados no V Congresso do Partido Comunista Brasileiro em 1960 por uma esmagadora maioria, esse grupo abandona o PCB e cria, em 1962, o “PCdoB”: “Partido Comunista do Brasil”, tendo como objetivo manter aquela antiga política de atuação do qual o PCB havia se tornado crítico, buscando, inclusive, apoio da União Soviética e de Cuba. Empreitada na qual não obtiveram êxito algum.

social no meio rural. As lutas se davam de forma espontâneas e corporativas, sem ligação entre si e, além de não contar com uma organização política sólida, faltava-lhes a substância que interligasse organicamente o elemento urbano ao rural.

Este cenário econômico e político que vem se formando desde a metade do século XIX no Brasil, com base na abolição e na introdução do trabalho assalariado, além da intensa corrente migratória de trabalhadores europeus que afluem ao nosso país para vender a sua força de trabalho, seja na agricultura ou então na incipiente e residual industrialização, são elementos que confluirão em nosso meio para a introdução e aprofundamento da contradição entre o capital e trabalho, onde as condições sociais relegadas de nosso sistema econômico dão razão ao desenvolvimento daquelas formas embrionárias de manifestações sociais com vista a exigir melhores condições de vida e trabalho, as quais, tanto no campo quanto na cidade, vão dar origem em nosso país ao aparecimento das clássicas expressões da “questão social”.

Está patente nessas manifestações o caminho agudo que tende a tomar o desenvolvimento capitalista numa dada sociedade, que sob a lei geral da acumulação, dinamizada pela produção social da riqueza e sua apropriação privada, inexoravelmente produz riqueza e abundância por um lado e pobreza de outro – no nosso caso, a mais pura miséria. Essas observações ajudam a demonstrar, portanto, que a “questão social”, na acepção clássica da palavra, embora só possa ser definitivamente incorporadas em nossa realidade a partir de 1930, especialmente em razão do advento da industrialização e da consolidação do proletariado brasileiro não apenas como classe social, mas como força política capaz de lutar por melhores condições de vida, trabalho, e consolidação direitos, constituem aquelas expressões sociais os germes do desenvolvimento da “questão social” no Brasil, produzidos e reproduzidos pelo processo capitalista de proletarianização dos trabalhadores aqui instaurado. E que, num determinado momento do seu desenvolvimento, acompanhado da tomada de consciência por parte dos trabalhadores, os quais, transcendendo da *classe em si* a *classe para si*, se permitem lutar por demandas além do imediato e corporativo, mas à contestação da própria ordem do capital.

No que se refere especificamente ao movimento urbano – que é a base originária do PCB –, no meio operário a greve é adotada como uma das mais incisivas armas na luta por melhores condições de vida e trabalho:

Na medida em que a classe operária vai se organizando, as lutas por aumento de salários e melhores condições de trabalho tornam-se mais frequentes. A

principal arma de luta do proletariado será a greve, que ocorrerá em grande número entre 1900 e 1919 e se estenderá durante a década de 1920. (SEGATO, 2003, p. 17).

E, na mesma direção, prossegue o autor:

Os anos que vão de 1917 a 1920 serão marcados pela ocorrência de uma grande quantidade de greves, atingindo várias cidades e Estados. Algumas ganharão proporções consideráveis, transformando-se em greves gerais, como foi o caso da greve de 1917 em São Paulo, paralisando toda a cidade. (SEGATTO, 2003, p. 18).

As correntes anarquistas, que cumpriram um papel importante em relação à organização sindical operária, foram a principal força a liderar esses movimentos sociais até a década de 1920. De acordo com Konder (2003, p. 37), desde o princípio do século XX, “os anarcossindicalistas assumiram a hegemonia dos setores mais combativos do incipiente movimento operário brasileiro”.

Mas ao passo que crescia e se desenvolvia esses movimentos, ao mesmo tempo vai sendo posto em evidência os limites ideológicos e políticos do anarquismo, cujas propostas mantinham recusa à organização política, visando enfrentar o Estado por meio da ação direta, onde uma greve geral levaria à destruição do capitalismo, abrindo, dessa maneira, caminho para a autogestão social. Esta tese é posta por terra pelo movimento próprio da realidade social, em torno da qual Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, cuja atuação política tem raízes no movimento anarquista, faz a seguinte reflexão:

A recusa em considerar a organização necessária do proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa em organizar a classe em partido próprio, com vista à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada ‘resistência anticapitalista’, que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; a exaltação das formas espontâneas de luta, de ações voluntaristas e heroicas, individualizadas e desvinculadas da massa; enfim, esses aspectos da teoria e prática dos anarquistas, revelaram o impasse e beco sem saída a que foi levado o movimento operário no Brasil, neste final dos anos dez. Por inexistir uma formulação estratégica apropriada a respeito do Estado burguês e da luta política, as ações do movimento anarquista não superaram a espontaneidade economicista [...] (PEREIRA, 1979, pp. 60-61, *apud* SEGATO, 1981, p.19).

Dessa maneira, o movimento anarquista vai ficando a reboque das transformações ocorridas no seio da sociedade brasileira e passam a se isolar no movimento operário. Como consequência de seus limites teóricos e políticos, o anarquismo passa a sofrer cisões. Alguns de seus membros se convertem ao leninismo, como é o caso do próprio Astrojildo Pereira, e

uma frente comunista começa a ser forjada no interior das direções operárias no Brasil, recebendo grande influência da vitoriosa *revolução bolchevique* na Rússia, em 1917, liderada por Lênin, a qual adquirirá a aura de modelo clássico para os movimentos comunistas revolucionários no mundo.

É sob esse caldo político e cultural que vão se reunir nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, no Rio de Janeiro, nove delegados comunistas no Congresso onde foi fundado o PCB. Estes militantes representavam grupos comunistas de Porto Alegre/RS, Recife/PE, São Paulo/SP, Cruzeiro/SP, Niterói/RJ e Rio de Janeiro/RJ (estando ainda ausentes representantes dos grupos de Santos/SP e Juiz de Fora/MG, que, na ocasião, não puderam ser enviados àquele Congresso). Depois de analisar as condições da Internacional Comunista criadas para a admissão de partidos que a ela se pretendessem filiar, esses delegados aceitaram unanimemente os seus 21 pontos condicionais.

Os fundadores do PCB foram: Abílio de Naquete, nascido no Líbano e naturalizado brasileiro, barbeiro de profissão; Astrojildo Pereira, jornalista; Manuel Cedón, alfaiate, nascido na Espanha; Cristiano Cordeiro, advogado e funcionário público; Hermogêneo Silva, eletricitista e ferroviário; João da Costa Pimenta, operário gráfico; Joaquim Barbosa, alfaiate; José Elias da Silva, funcionário de uma escola pública no subúrbio carioca; e Luís Peres, artesão fabricante de vassouras.

Assim nascia, no ano de 1922, o PCB. De pronto definiu-se uma estrutura partidária, uma Comissão Executiva Central, um Secretário Geral e um Estatuto, cuja estratégia se registrava no 2º Parágrafo do mesmo:

O PCB tem o objetivo de atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. O Partido da Classe operária é organizado com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista. (SODRÉ, p. 101, *apud* SEGATO, 1981, p. 20).

Embora o PCB, no seu congresso de fundação, tenha aceitado as 21 condições da IC a fim de se filiar a ela imediatamente, sua adesão foi negada, restando ao partido apenas a condição de aceitação como simpatizante. Isso ocorreu em função do conhecido incidente com Canellas, integrante do Partido Comunista Brasileiro que, na ocasião, se encontrava na França, e foi incumbido de representar os comunistas brasileiros no IV Congresso da IC que se realizava em Moscou naquele ano.

Em 1922, o recém-fundado Partido Comunista brasileiro já enfrentaria a sua primeira crise interna, quando o pedido de filiação do Partido ao Comintern foi negado devido à má atuação do seu enviado oficial ao evento, Antônio Bernardes Canellas, que defendeu posições anarquistas e se envolveu em discussões polêmicas em relação aos maçons, de tal maneira a se posicionar a favor da inclusão dos maçons no Partido Comunista. Em função disso, Canellas também foi acusado de compreender mal o comunismo e de defender posições pequeno-burguesas pelo Comintern¹⁰, como era chamada a Terceira Internacional Comunista. De volta ao Brasil, foi expulso do Partido, pois

sua atuação foi lamentável, pois defendeu posições anarquistas, que contrariavam não só as posições do PCB, como as da própria Internacional Comunista [...] Em vista disso a III Internacional não aceitou a inscrição do PCB, enquanto seção Brasileira da Internacional Comunista [...] e o partido só seria aceito como membro da Internacional Comunista em 1924, após um relatório das suas atividades, elaborado por um enviado.” (SEGATTO, 1981, p. 26).

2.2 A relação do PCB com a III Internacional Comunista

É indiscutível a importância da III Internacional Comunista na criação do Partido Comunista Brasileiro (assim como a de tantos outros no mundo). Lembremo-nos, nesse sentido, que as 21 condições do Comintern fora um tema central sob a qual se sujeitou o Partido já no Congresso de sua fundação, tendo-as como condição indispensável à sua criação. Além disso, é necessário o reconhecimento de que a IC alicerçou-se em nada menos que a sólida revolução soviética de outubro de 1917, e que, depois disso, não haveria uma só organização comunista no mundo que, de alguma maneira, não tenha se referenciado naquela experiência.

Mas é necessário estabelecer certas mediações, pois sua influência no PCB não se daria a princípio de maneira estreitamente diretamente. Uma das questões a serem consideradas nesse sentido é que o PCB, como já mencionado, mesmo sendo fundado em 1922, só passaria a ser um membro efetivo do Comintern em 1924, não mantendo, por isso, até aí – embora referenciados naquela organização e nela buscando apoiar as nossas próprias experiências nacionais – nenhuma obrigação diretamente orgânica com ela. Essa relação, entretanto, dada a princípio em torno da não subordinação direta e coordenada do PCB à IC necessita de

¹⁰ “Comintern” é a expressão em português derivada de “komintern”, que tem origem no alemão *Kommunistische Internationale*, utilizado para referir-se a Terceira Internacional Comunista (1919-1943), fundada por Lênin e o PCUS.

ponderações, especialmente para não correremos o risco de cair no extremismo, valendo essa afirmação, portanto, mais do ponto de vista formal, porque do ponto de vista prático, aquela pretensa filiação, consolidada apenas em 1924, encontrava-se inteiramente condicionada à capacidade de adesão do partido às orientações gerais daquele organismo. Pois vale destacar que estava o PCB submetido a permanente e criteriosa avaliação por parte da Internacional antes de dar a sua resposta definitiva sobre o pedido de filiação por ele realizado.

Desse modo, poderíamos dizer que a influência da Internacional no interior do PCB se dava até aí mais pela incorporação das suas teses por parte da militância do partido, do que como uma exigência direta do organismo. Eram modelos genéricos dos quais se apropriavam desobrigadamente os comunistas daqui, aplicando-os à leitura da nossa realidade social, não havendo, por assim dizer, por parte da IC uma linha de orientação específica ainda para o partido brasileiro, e sequer a América Latina houvera desfrutado de algum tipo de atenção mais significativa até aquele momento. Portanto,

[...] é ilusória [...] a tese de que o Partido Comunista Brasileiro, em seus primeiros anos de vida, teve os passos estreitamente determinados pelas resoluções da IC (...). Ao contrário do que se pensa, as estratégias e táticas do *Comintern*, a respeito da questão sindical e da Revolução Mundial, é que foram adaptadas, bem ou mal, às condições objetivas e subjetivas do meio social brasileiro [...] O caráter de sujeição do PCB em relação à IC deve ser entendido mais em função das carências teóricas e políticas dos comunistas brasileiros, em face de conjunturas que solicitarão de sua parte uma intervenção firme e decidida, que das ingerências burocráticas, mecânicas e “estrangeiras” do *Komintern* na vida do Partido. Mesmo depois de 1924, quando será criado o *Bureau Latino-Americano*, o assessoramento político-organizatório/ideológico da IC aos Partidos Comunistas sul-americanos deixará muito a desejar. (PEREIRA, pp. 6-7, *apud* SEGATTO, 1981, p. 26).

Somente em 1928, quando o PCB já se encontra na condição de membro efetivo da Internacional Comunista, e quando da realização do VI Congresso desse organismo— já com Stálin na hegemonia e com o stalinismo em ascensão —, é que fora dedicada pela primeira vez uma reflexão sobre a questão latino-americana pela IC. Momento a partir do qual o PCB passará a incorporar de maneira mais rígida as suas teses.

Antes disso, as teses da III Internacional a respeito dos países coloniais apareceram pela primeira vez, segundo Antunes (1995), no II Congresso por ela realizado em 1920, cujas atenções em relação a esse assunto estavam voltadas para os países orientais, especialmente a China e a Índia. As quais eram caracterizadas como economias coloniais, carregadas de resquícios feudais e, mesmo comportando um capitalismo em desenvolvimento, tornavam-se países atrasados, cuja tarefa revolucionária era a destruição das formas pré-capitalistas,

desencadeando, assim, uma revolução de caráter “democrático-burguesa” sob o comando do proletariado. E, assim que realizada essa primeira tarefa fundamental, caberia aos representantes dessa classe social implantar a ditadura do proletariado e constituir um governo de caráter operário e camponês.

É dentro dessa chave heurística que a IC, a partir do VI Congresso, vai emoldurar sua leitura da realidade latino-americana, transplantando para o nosso continente a visão colonial baseada nos países do Oriente, cujos protótipos eram fornecidos pela leitura que havia elaborado, principalmente, a partir da realidade chinesa e indiana.

O VI Congresso da IC, segundo demonstra Antunes (1995),

[...] contou com a representação latino-americana composta pelos PCs da Argentina, Brasil, Uruguai, Cuba, Equador e Colômbia, muitos dos quais eram partidos recém constituídos.

Além do relatório de Kusinen, sobre o mundo colonial, coube a Humbert-Droz, secretário da IC e chefe do seu secretariado para a América Latina, a apresentação de um co-relatório voltado para o Novo Continente. Representado o PCB estavam os militantes Paulo Lacerda, Leôncio Bausbaum e Heitor Ferreira Lima. (ANTUNES, 1995, p.18).

As teses da IC acerca dos países coloniais latino-americanos denunciavam que o imperialismo norte-americano já havia assumido a dianteira (à frente do imperialismo inglês), e que as greves operárias, somadas às lutas camponesas, haviam se tornado focos importantíssimos de luta revolucionária das massas, cujos interesses se chocavam aos da dominação imperialista. Os países coloniais, de origem tal como os latino-americanos, assim nascidos como “colônias de exploração” e demarcados historicamente como territórios da disputa imperialista – disputa esta por meio da qual os países centrais capturavam toda a riqueza aqui produzida, relegando-nos tão somente o atraso e a miséria – fazia com que o imperialismo se transformasse no principal inimigo da classe trabalhadora.

Nesses países coloniais, por comportarem um grau relativamente baixo do desenvolvimento das suas forças produtivas, havia, segundo a visão sustentada pela IC, a forte existência de resquícios feudais em seu interior, e esses resíduos acabaram por determinar o caráter da revolução em curso em seu interior como sendo uma revolução de caráter “democrático-burguesa”. Esta, por sua vez, seria apenas uma primeira e indispensável etapa que haveria de anteceder a verdadeira revolução que o proletariado levaria a cabo, em aliança com o campesinato, promovendo, com isso, também uma revolução agrária. Esta estratégia, assim pondo na ordem do dia a tarefa da libertação dos países coloniais do jugo imperialista, dimensionava as lutas no interior dos mesmos como sendo lutas de “libertação nacional”.

São essas teses que vão orientar os partidos comunistas dos países originariamente coloniais, de maneira geral, e o Brasil, em particular, de onde decorre o campo das grandes polêmicas instaladas no interior da esquerda em nosso meio, estabelecendo uma profunda crítica sobre a maneira, muitas vezes, mecânica com a qual essas teses foram tomadas e transplantadas para a nossa realidade, na qual, segundo se apoiam essas críticas, fizeram com que importantes elementos da dinâmica própria de nossa realidade social fossem subsumidos ou frequentemente perdidos em razão da supervalorização daquelas orientações exteriores elaboradas pela Internacional Comunista. É nesse campo que se situa talvez o ponto mais nevrálgico da crítica da estratégia da revolução brasileira e das linhas políticas em torno dela adotadas pelo PCB ao longo de sua história. Esse é o terreno, inclusive, onde se situa o pensamento de Caio Prado Júnior (2014), sobre a qual voltaremos mais a frente.

Um pouco do teor dado pela leitura da IC em torno da caracterização de nossa realidade latino-americana, espelhadas em experiência exteriores, tais como a realidade chinesa e indiana, pode ser ilustrada por Ricardo Antunes (1995):

Eram bastante acentuadas [...] as similitudes entre a contextualidade latino-americana e o mundo asiático, em particular a China e a Índia: “Da mesma forma que em todas as colônias e semi-colônias, o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Estas circunstâncias e o jugo da dominação estrangeira, igualmente a existência de fortes resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalista, determinam o caráter da próxima revolução nestes países ...; revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para a ditadura do proletariado e a Revolução Socialista.¹¹” E, apesar de conceber essa revolução democrático-burguesa no mundo colonial como “organicamente vinculada à *luta nacional de libertação*”, através dela dar-se-ia o rompimento dos laços de subordinação ao imperialismo, realizando a nacionalização das concessões, ferrovias, bancos etc.; pretendia-se também obter a unidade nacional onde esta ainda não houvesse sido conquistada, objetivando se ainda a destruição do poder das classes exploradoras e a organização de conselhos operários e camponeses – *os soviets* – bem como a criação do exército vermelho e a instauração da ditadura do proletariado e do campesinato, com a hegemonia do primeiro. Enfatizava-se também a importância da revolução agrária¹² como forma de libertação do campesinato frente às formas pré-capitalistas, coloniais e escravistas [...] (ANTUNES, 1995, pp. 19-20).

¹¹ “O VI congresso..., Teses, Manifiestos y Resoluciones”, p. 188, *apud* ANTUNES, Ricardo. Ano, pp. 19-20

¹² Note-se que, nestas teses, a questão agrária já se apresenta nos moldes que predominarão na análise do PCB até pouco tempo. Ela constitui-se desde o princípio como um elemento indissociável nas suas formulações estratégicas acerca da revolução brasileira, e fator determinante nas escolhas de suas alianças em meio aos diferentes contextos sociais e políticos pelo qual perpassou o Partido ao longo de sua existência.

A esse conjunto de questões, vêm a se somar, segundo Antunes (1995), a Resolução da Internacional Comunista sobre a questão Brasileira e o PCB, elaborado em 1930. Essa resolução, de acordo com ele,

[...] traçava, em forma concisa, diretivas claras e firmes para toda a atividade política do Partido no período atual¹³. Constatava que a produção nacional estava "minada por uma crise profunda, proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conservava feudal e escravagista". Este fato, aliado à crise econômica dos EUA, ameaçava de maneira catastrófica a nossa economia, agravada pela "luta entre o imperialismo inglês e americano, e da intervenção, nessa luta, das diversas classes da população no Brasil", criando "as condições indispensáveis para um vasto movimento das massas trabalhadoras". A intensificação da crise econômica, o agravamento das condições de vida das classes populares e a disputa interna entre as classes dominantes em função de seus vínculos com os dois blocos imperialistas, criavam as condições "para o rápido amadurecimento da situação revolucionária no Brasil. Isto significa que o PC do Brasil deve, desde agora, preparar-se para a luta, a fim de poder encabeçar a insurreição revolucionária das grandes massas trabalhadoras, que tanto pode eclodir por ocasião das eleições presidenciais, como por ocasião de qualquer greve importante ou de qualquer sublevação local de operários agrícolas, de camponeses ou de desempregados". O sucesso da revolução dar-se-ia na medida em que contasse com a hegemonia operária em oposição à hegemonia burguesa. (ANTUNES, 1995, p.33).

Ainda segundo Antunes, a fim de combater aquelas concepções e orientações da IC acerca do caráter da revolução nesses países coloniais ou semi-coloniais que, segundo ele, são incorporadas de maneira mecânica e autoritária pela esquerda brasileira, afirmando também que esta, vivendo sob forte influência e reprodução acrítica das práticas stalinistas, incorporadas, principalmente a partir do final da década de 20 e início da década de 30, tomam aqueles modelos gerais como verdades incontestáveis e absolutas, fazendo assim com que a tese da revolução num só país torne-se dominante, em confronto, inclusive, com a própria concepção universal de revolução presente no marxismo, donde Antunes parece combater modelo contra modelo, buscando dar força a seus argumentos tomando referência a grandes autoridades intelectuais a ninguém nada menos que Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotski:

As teses de Marx, reafirmadas por Lênin, Rosa Luxemburgo e com maior ênfase por Trotski, de que a revolução teria uma dimensão universal e que encontrava suas condições propícias no Ocidente, uma vez tenderia a levar à

¹³

A classe operária, 17/04/1930, *apud* ANTUNES, Ricardo, 1995, p. 33.

ruptura um conjunto expressivo de países avançados, foram absolutamente transfigurados. Nasceu, além do modelo de classicidade atribuído à particularidade russa, a tão conhecida tese do “socialismo num só país”. Negação aguda da formulação de Marx, presente desde pelo menos a *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel e a Ideologia Alemã*, a tese do “socialismo num só país” ganhava, frente às derrotas das revoluções no Ocidente, o estatuto *taticista* de fundamentação teórica. Marx, Engels e especialmente Lênin passaram a ser usados como elaboradores ou contestadores da tese do “socialismo num só país” (ANTUNES, 1995 pp. 13-14).

Para Antunes, essa política autoritária criada pelo stalinismo que interfere de maneira incisiva e negativa na vida do Partido Comunista Brasileiro, seja na formulação de sua estratégia ou na adoção de uma linha política pela direção do partido parecida com a do stalinismo, resultante da incorporação acrítica e mecânica por parte destes das teses da IC, que estaria hegemônica, segundo ele, por Stálin e pelo stalinismo, levando o PCB à adoção daquela linha política no interior de nossa realidade que ficou conhecida como a “proletarização do partido” ou então a reprodução da tese de “classe contra classe”, caindo num profundo isolamento no início da década de 30.

Mas essas afirmações, mais uma vez para não tomarmos o caminho que conduz ao extremismo e, por vezes, a posições que não contribuem para o fortalecimento da luta revolucionária e, ao contrário, colabora para a desconstrução de sua processualidade histórica, às vezes, mais pelo juízo de valor do que pela verificação de suas determinações concretas, podendo levar, além disso, a personificação de processos que são social, econômica e culturalmente circunstanciados, é necessário buscar sempre a contextualidade em que esses fenômenos sociais se operam e se determinam.

Nesse sentido, a *Carta sobre o Stalinismo* de György Lukács (1977) é potencialmente ilustrativa, não apenas para a desconstrução de análises personalistas formuladas a respeito da União Soviética, a qual, como o próprio Lukács (1977), ao se referir ao processo histórico daquela experiência e ao stalinismo, enfatiza entender como “absurdo reduzir o conteúdo e a problemática de um período tão importante da história do mundo ao caráter particular de um indivíduo” (LUKÁCS, 1977, p. 1), mas da própria particularidade da realidade brasileira, onde os diversos momentos em que o PCB foi posto no isolamento em nossa sociedade não podem simplesmente ser atribuídos ao puro influxo mecanicista das experiências do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e do stalinismo no Brasil. Tem por base a *Carta sobre o stalinismo* de György Lukács (1977), e que pode muito bem nos servir como lição para entendermos a nossa própria experiência se nos referenciarmos não simplesmente nos modelos prontos, mas nos princípios metodológicos com o qual ele baseou a sua leitura,

demonstrar que um processo histórico como aquele – ou como esse que é o nosso – é mais complexo do que a simples ação de alguns indivíduos.

A posição de Lukács (1977) em relação ao stalinismo, especialmente depois do relatório Krushev é muito clara, cujo problema, para ele, não devia ser visto no indivíduo, mas na totalidade do processo no qual estes se encontravam individualmente associados:

A minha primeira reação em face do XX Congresso, quase puramente imediata, refletiu uma preocupação, mais do que com a pessoa, com a organização: com o aparelho que tinha produzido o “culto da personalidade” e o fixara depois numa espécie de incessante reprodução ampliada. Identificava em Stálin o vértice de uma pirâmide que, alargando-se sempre na direção da base, compunha-se de “Pequenos Stálins”, os quais, vistos de cima, eram os objetos e, visto de baixo, eram os produtores e mantenedores do “culto da personalidade”. Sem o funcionamento regular deste mecanismo, o “culto da personalidade” não teria passado de um sonho subjetivo, de um acidente pedagógico, e jamais teria podido atingir aquela eficácia social que exerceu durante algumas décadas. (LUKÁCS, 1977, p.1).

E a seguir, essas eram as condições, demonstra Lukács, sob as quais se encontrava o PCUS para consolidar a revolução e mantê-la em pé depois da morte de Lênin:

Após a morte de Lênin, terminara o período das guerras civis e das intervenções estrangeiras, mas, especialmente no que concerne a estas últimas, não havia a menor garantia de que não recomeçaria de uma hora para outra. O atraso econômico e cultural aparecia como obstáculo difícil de ser superado numa reconstrução do país que deveria ser, ao mesmo tempo, edificação do socialismo e proteção contra qualquer tentativa de restauração do capitalismo. Com a morte de Lênin, naturalmente, as dificuldades internas no partido aumentaram bastante. Já que a onda revolucionária que se tinha desencadeado em 1917 passara sem instaurar uma ditadura do proletariado também estável em outros países, era preciso enfrentar resolutamente o problema da construção do socialismo em um só país (que era um país atrasado). Neste período Stálin se revelou um estadista notável e que via longe. Sua enérgica defesa da nova teoria leninista quanto a possibilidade do socialismo num só país, contra os ataques sobretudo de Trotski, representou, como não se pode deixar de reconhecer hoje, a salvação da revolução soviética. É impossível fazer justiça histórica à Stálin sem considerar deste ponto de vista a luta de tendências ávida no partido comunista. (LUKÁCS, 1977, p.2).

Evidentemente, esta breve referência tomada emprestada do incomparável György Lukács não se trata de nenhuma pretensão de aqui fazermos uma análise sobre a experiência soviética, tampouco do stalinismo, pois outros já o fizeram de maneira muito qualificada e certamente mais capacitada do que teríamos condições. As tomamos como referência mais por razões metodológicas por acreditar que estas contribuirão para o delineamento do tipo de abordagem que desejamos fazer ao longo desse trabalho ao mirarmos a experiência histórica

do Partido Comunista Brasileiro, situando-o como parte de múltiplas determinações, e não apenas como ações de indivíduos isolados, visto que a história é sim feita por indivíduos, conscientes e coletivamente associados, mas em condições por ela postas e em circunstâncias socialmente determinadas. E é sob essa premissa que deve ser desvelada a história do PCB.

A sua relação com a Internacional Comunista, nesse sentido, deve ser entendido como parte do desenvolvimento histórico da humanidade num dado momento em que o socialismo se apresenta como alternativa real para o seu conjunto, e que em nosso país, essa luta, apoiada e tropeçando através daquelas experiências externas, tentando os nossos revolucionários reproduzir e, porque não dizer, até mesmo copiar as aquelas experiências distintas e distantes da nossa, será por via desse caminho, sinuoso e acidentado, que nos levará aos poucos ao desvelamento de nossas próprias categorias sociais e da dinâmica própria de nossa particular realidade, na qual o pensamento de Caio Prado Júnior tem grande contribuição.

Para tanto, teríamos de partir de algum lugar, e eram aquelas experiências as nossas principais referências concretas. Elas eram o ponto de chegada do longo percurso histórico percorrido pela humanidade no que diz respeito à construção de horizontes mais prósperos para a grande massa da população, historicamente explorada e oprimida. Aquelas experiências significavam, portanto, não apenas o ponto de chegada, mas também o ponto de onde haveríamos de partir, transitando por caminhos que, corretos ou equivocados, haveríamos de descobrir durante o próprio percurso da construção dos nossos próprios horizontes revolucionários.

Os comunistas brasileiros, nesse sentido atrelam-se a IC primeiro como simpatizantes, depois a ela se subordinam organicamente, em 1924, finalmente filiando-se e aí passam a absorver as teses coloniais elaboradas para orientar a ação política e revolucionária no interior de países de origem tais como o nosso, isto é, de origem colonial, apresentadas no VI congresso em 1928, além de contar, posteriormente, com “diretivas claras e concisas”, direcionadas, em 1930, diretamente da IC ao Partido Comunista Brasileiro, o qual passa a assimilar as suas prerrogativas a fim de botá-las a disposição da nossa própria transformação social, cujo inimigo maior a ser enfrentado se dava em torno do imperialismo, assim como enfatizado por aquela leitura.

Dessa forma, tendo no interior do PCB a disputa imperialista como o eixo central da questão nacional, será em torno desse eixo que estará organizada do pé a cabeça toda a sua estratégia, no interior da qual a questão agrária encontrar-se-á inteiramente atrelada, uma vez que a revolução agrária, ou seja, a luta anti-latifundiária, segundo sustentava aquela visão, ficaria colocada na ordem do dia ao lado da revolução proletária e da luta anti-imperialista,

seguindo de maneira rígida e fiel às determinações dos camaradas da III Internacional, que olhavam para a revolução mundial, especialmente a dos países coloniais, sob o escopo da revolução soviética.

2.3 A relação entre questão nacional e questão agrária no PCB

Como elucidamos no primeiro capítulo desse trabalho, a década de 1920 no Brasil é marcada por inúmeros e importantes acontecimentos que merecem atenção, especialmente porque os mesmos simbolizam um divisor temporal na história do país, demarcando as fronteiras da sociedade brasileira entre o passado e o presente, o atrasado e o moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria etc., onde esses elementos, longe de representarem dualidade em que uma nega a outra, se estabelecem como uma unidade, assim se servindo mutuamente. E para além de suas manifestações concretas na base da estrutura econômica e social brasileira que se encontrava em via de transformação, também passam a tomar conta do universo do pensamento social colocando-se, dessa maneira, como objetos diretos da questão nacional.

Esses acontecimentos também adquirem relativa importância porque contribuem para a formação de um amplo movimento em nosso meio que, se manifestando em todas as esferas da vida nacional, terá como resultado a chamada revolução de 30, rompendo com a histórica dominação puramente oligárquica no país e promovendo a partilha do poder entre essas duas frações da classe dominante, a oligarquia agrária e a burguesia industrial, com a ascensão dessa segunda que, por meio da chamada revolução de 30, assumo o Estado brasileiro colocando a frente o seu representante, Getúlio Vargas.

Ao lado desse amplo movimento é a questão nacional que se coloca na ordem do dia, no interior da qual reaparecem, a todo o momento, os fantasmas de nosso passado recente, como se os mesmos se recusassem a abandonar o corpo que ainda não se decompôs completamente, de modo que o Brasil, à medida que vislumbra inserir-se de uma vez por todas à modernidade, não pode simplesmente ignorar a presença incômoda de sua pesada herança colonial e escravista, fazendo com que a modernidade brasileira apareça sempre contrastada por aquelas indesejadas expressões que elucidam a sua inexorável convivência com atraso.

Pensar o Brasil de maneira coerente, dessa forma, significava necessariamente voltar-se às questões do colonialismo; do escravismo; do trabalho assalariado; da imigração; das distintas formas de poder existentes entre o Império, a Monarquia e a República; bem como as

questões pertinentes à indústria; à agricultura; às relações de trabalho; da propriedade da terra; da urbanização; dos conflitos sociais; da estrutura de poder e do Estado; da nação etc.

Do ponto de vista do pensamento social brasileiro, não importa a ótica, de uma ou de outra maneira, uma vasta gama de políticos, intelectuais, escritores, artistas, movimento sociais etc., todos estavam preocupados em dar uma direção prática à sociedade nacional, no sentido de superar o arcaísmo do passado e elevar o Brasil a patamares mais avançados, cujo degrau se vislumbrava no desenvolvimento integral do capitalismo, a exemplo dos países centrais, estereotipados como sendo a expressão máxima do que significava ser moderno.

Em meio esse movimento estava o PCB, ao qual a questão da superação do passado e os desafios da construção moderna também se colocaram. Mas para este, a revolução burguesa (ou de caráter “democrático-burguês”, como vão aparecer em suas teses) punha-se para além da finalidade da consolidação capitalista única e simplesmente, constituindo aquele um meio cujo propósito maior seria o comunismo, pelo qual haveriam de lutar a classe trabalhadora depois de superada essa necessária etapa do nosso desenvolvimento nacional, cuja questão agrária se apresentava como um dos mais fortes elementos a serem resolvidos na busca pela consolidação dessa necessária etapa da revolução de caráter “democrático-burguês”.

Dessa maneira, como estamos analisando a questão agrária segundo a abordagem que predominou no PCB, isso seria inviável de forma isolada. Como objeto analítico ela tem de ser tomada no conjunto da perspectiva empunhado pelo Partido ao passo que este se posicionava diante da questão nacional. Desse ponto de vista, assim como da perspectiva teórico-política e das ações realizadas pelo PCB ao longo de sua vida, a questão agrária também se torna indissociável da totalidade dos fenômenos políticos e sociais inerentes a nossa formação histórica. Portanto, a nossa análise sobre o tema se calcará nessa premissa, sempre intrínseca ao projeto geral do PCB, sendo abordada no conjunto de sua estratégia em face dos acontecimentos nacionais, jamais separadamente.

2.3.1. A questão agrária na trajetória do PCB

A questão agrária no PCB é parte intrínseca e indissociável de sua estratégia desde suas origens. Ela sempre obteve esse papel de destaque no interior do Partido ao analisar a realidade brasileira como sendo ela um dos principais nós a ser desatado para resolver a nossa questão nacional e, por conseguinte, adquire dimensão especial na estratégia do PCB ao longo

de sua história, onde a gigantesca concentração fundiária existente, aqui, neste país, elucida a tamanha necessidade de uma reforma agrária, segundo o programa do partido, com vista na distribuição de terras para aqueles que nela trabalham. O camponês, portanto, constitui-se no seu programa como o principal aliado do operariado urbano na luta revolucionária.

Mas a aliança do PCB com essa categoria da classe trabalhadora brasileira só passa a ser significativa e progressivamente verificada a partir da década de 40, quando começam a aparecer importantes focos de resistência e luta camponesa, chegando mesmo a identificação de uma ascensão da luta dos trabalhadores no campo que se acalora, especialmente em fins da década de 50 e início de 60 em muitas regiões do país, onde militantes do PCB passam a participar de maneira mais ativa de algumas delas, vendo nessas insurreições a possibilidade de uma revolução mais profunda de cunho socialista, como se verifica, por exemplo, a sua participação na Revolta de Porecatu no Paraná, em 1942, na Revolta dos Colonos, 1957, Trombas e Formoso em Goiás, 1950, na formação das Ligas Camponesas, desde final da década de 50, na criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), 1957, e de muitas outras manifestações sociais desencadeadas no campo dispersas pelo Brasil, além da contribuição do partido junto a organização de trabalhadores rurais em sindicatos.

Dessa maneira, os comunistas reconhecem historicamente a fundamental importância da “aliança operária e camponesa” como classes revolucionárias fundamentais, uma vez que haviam estabelecido o entendimento de que ambas se constituem como tais, justamente, porque se encontram na base da exploração e da opressão de classe no interior do país. Mas destacam que a direção da revolução haveria de ser dada pelo proletariado urbano, intitulando o operário, dessa maneira, não apenas como a voz de si mesmo, mas também dos interesses dos trabalhadores rurais, sob a alegação de que o operário era quem, segundo analisavam, obtinha o melhor preparo e experiência para conduzir aquela tarefa.

Em 1927, o PCB cria o Bloco Operário, que em 1928 muda de nome para Bloco Operário e Camponês (BOC). Esse acréscimo nominal é feito justamente para expressar essa dimensão estratégia do partido em torno daquele princípio básico de aliança de classe entre essas duas categorias fundamentais da classe trabalhadora.

Mas daí aos desdobramentos concretos desses postulados, como poderemos perceber, as dificuldades se demonstraram imensas:

O elemento “camponês” representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e

justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses. (PEREIRA, 1980, p.124 *apud* SEGATO, 1981, pp. 29-30).

Ainda que o PCB não soubesse direito como fazer aquela pretensa aliança com os camponeses, era necessário que esses objetivos fossem postulados em seus documentos, porque a questão do campesinato era a própria expressão da questão agrária e essa, por sua vez, era uma expressão viva da questão nacional, sobre a qual repousavam as preocupações do Partido acerca dos caminhos para transformação social brasileira. A questão agrária, nesse sentido, a qual continha (e ainda contém) em seu núcleo mais problemático a gigantesca concentração fundiária, não poderia excluir-se, evidentemente, de um programa revolucionário coerente, cujo propósito maior seria a libertação dos trabalhadores do jugo do imperialismo e do capitalismo, estejam na cidade ou no campo. É nessa perspectiva que, ao lado da revolução proletária, calcava-se a revolução agrária, a fim de dissolver o atrasado latifúndio e distribuir as terras brasileiras aos que trabalham.

Dessa forma, a questão agrária aparece sempre intrínseca nos programas estratégicos do PCB, sendo ela, portanto, uma dimensão orgânica e inseparável do seu projeto geral, no qual propõe o movimento simultâneo e combinado da luta anti-imperialista à luta anti-latifundiária.

Mas não era só com o campesinato que as alianças se demonstravam insuficiente. A linha frentista adotada pelo PCB durante a década de 20, na qual o Partido buscava estabelecer alianças com setores progressistas da burguesia nacional, contra os setores “entreguistas” da burguesia interna aliada ao imperialismo, também não rendiam frutos. Exemplo disso é o fracasso, em 1929, da segunda tentativa da construção de uma aliança com Luís Carlos Prestes, do qual o PCB parece ter esperado uma postura mais radical, diante da apresentação de sua proposta em torno da aliança.

Em 1929, Prestes volta a ser procurado, agora em Buenos Aires, por Leôncio Basbaum, para que o PCB possa aplicar sua frente de luta. Do novo encontro não resulta uma aliança dos tenentes que seguiam Prestes e os comunistas, pois os programas de ambos conflitam. Basbaum apresenta um Programa no qual constam: *nacionalização da terra e divisão do latifúndio*, nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas, abolição da dívida externa, liberdade de organização e imprensa, direito de greve, legalidade para o PCB, jornada de 8 horas, lei de férias, aumento de salário e outras melhorias para os trabalhadores. A isto Prestes contrapôs: voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de imprensa e de organização, melhoria para os operários. Em vista

disso, o PCB considerou inaceitável a aliança. (SEGATTO, 1981, p. 34, *grifo meu*).

A aliança com Prestes só se consolidaria a partir de 1931, quando, “a convite do secretário da Internacional Comunista, Prestes viajou para Moscou. Passou a denunciar o ‘Prestismo’ como uma ideologia pequeno-burguesa. Dedicou-se a doutrina do marxismo-leninismo e a preparar o seu ingresso no PCB.” (KONDER, 2003, p. 56)

Sob influência da IC e das suas teses para os países coloniais, predominava no PCB a visão feudal sobre a formação econômica e social brasileira, no interior da qual aqueles resquícios deveriam ser eliminados. Daí a proposição de que a primeira etapa da revolução brasileira haveria de ser de caráter “democrático-burguês”, justamente para eliminar os tais restos feudais. Essa leitura pode ser verificada na visão dualista das teses do *Agrarismo-Industrialismo* dominante na direção do PCB, cujo valor e importância não devem ser menosprezados, pois demonstram um profundo esforço intelectual para compreender o dinamismo de nossa realidade num tempo histórico de tão poucos recursos teóricos, onde as únicas referências disponíveis só podiam partir daquelas fornecidas pelos modelos europeus, referidas anteriormente. Estas teses ganharam força, principalmente a partir do II Congresso do Partido, em 1925, tendo Otávio Brandão como um de seus principais interlocutores o qual, ao observar a predominância agrária na economia do país e o perfil das relações sociais e de trabalho vigentes no campo, caracterizam-nas como sendo de origens feudais.

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro do café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, e o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A consequência religiosa é o catolicismo, a religião que predominou na Idade Média [...] E a consequência psicológica: no alto, o orgulho, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade [...] (MAYER¹⁴, 1982, p.256-257).

¹⁴ “Fritz Mayer” na verdade se tratava de Otávio Brandão que, em 1924, começou a escrever o Livro *Agrarismo e Industrialismo*, terminando-o quase um ano e meio depois. Brandão utilizava esse pseudônimo para driblar a repressão do então governo de Arthur Bernardes. Quando começou a circular o Agrarismo e Industrialismo, a obra “[...] trazia como autor um tal de Fritz Mayer e a informação que havia sido editado em Buenos Aires. Os comunistas espalharam que Mayer era um alemão que havia participado do levante tenentista de São Paulo e fugira para a Argentina. Tudo isso foi feito para despistar a polícia brasileira [...]”. BUONICORE, Augusto C. *Agrarismo e Industrialismo: O primeiro encontro do marxismo com o Brasil*. Revista Espaço Acadêmico – n° 64 – set/2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/064/64res_buonicore.htm>. Acesso em: 07 de out de 2015.

A tese do *Agrarismo-Industrialismo* afirmava que a contradição fundamental da sociedade brasileira se dava em torno do enfrentamento entre o *capitalismo agrário semi-feudal* e o *capitalismo industrial moderno*, onde o primeiro representava o imperialismo inglês e o segundo o imperialismo norte-americano. Concluía-se daí que a revolução brasileira adviria de uma insurreição “pequeno-burguesa” numa primeira etapa, à qual se juntaria o proletariado por também ter interesse nela, contra o imperialismo, para em seguida, sob o comando dos trabalhadores, levar à vitória a revolução proletária.

Esta tese trazia, implícita, a ideia de frente, isto é, o proletariado deveria participar da primeira etapa – que condicionaria a segunda, a “sua revolução”, Mas aceitava, aprioristicamente, posições secundárias, colocando-se a reboque da burguesia. A tese repousava, evidentemente, em mecânica adaptação do que ocorrera na Rússia, em 1917 – como uma revolução gerando-se no ventre da outra, necessariamente, a de outubro no ventre da de fevereiro (SODRÉ, 1980, p.193, *apud* SEGATTO, 1981, p. 27).

Essa leitura está na base do não envolvimento do PCB nos acontecimentos que levaram a chamada revolução de 30. Uma vez o partido vendo na disputa imperialista a chave principal da questão nacional, acreditava se tratar aquela de uma conciliação dos interesses de uma camada da burguesia nacional associada aos interesses do imperialismo norte-americano, como sendo “uma quartelada pequeno-burguesa contra o povo e para evitar a revolução das massas”. (SEGATTO, 1981, p. 36).

Nos finais dos anos 20 e início dos 30, sobre fortes críticas da IC às formulações táticas do PCB em que conclamava a aliança com a pequena burguesia, e em meio à repressão e ilegalidade, responsável por um ambiente extremamente adverso a atuação política do partido, restringindo o seu universo da luta de massa, o PCB vai viver um duro período de isolamento. Terá de abandonar a linha “frentista” em que se baseava a sua estratégia e sofrerá profundas cisões internas, levando-o a adoção de uma postura que ficou caracterizada como “proletarização” do partido. Os comunistas, nesse período, além de passar por um momento crítico de isolamento na sociedade, verão muitos de seus intelectuais sendo excluídos do Partido ou destituídos dos cargos de direção. “Parte da velha guarda do Partido é expulsa ou é rebaixada de posição, sendo substituída por elemento de menor capacidade ou por operários sem experiência de organização.” (SEGATTO, 1981, p. 37). Posição que levou até mesmo Astrojildo Pereira, um dos fundadores do partido a pedir afastamento, em 1931.

Nessa fase, segundo José Antônio Segatto, o Partido Comunista,

[...] teve a sua ação e influência revolucionária bastante limitada, tanto pela incorporação mecânica das teses do VI Congresso da IC, como também das suas debilidades político-ideológicas, que acabaram levando-o a adotar uma proposta revolucionária sectária, dogmática e não condizente com a realidade histórica brasileira. (SEGATTO, 1981, p. 38).

O PCB só passará a sair desse isolamento, em 1934, quando integrantes do tenentismo dissidente começam a se filiar ao Partido e assumir cargos de direção, onde o próprio Luís Carlos Prestes passará a fazer parte do Comitê Central, demonstrando que o “ex-tenetismo, de tendência social, [tornar-se-á] determinante no PCB” (SEGATTO, 1981, p. 37).

Fator determinante também para que o partido passe a adotar uma linha diferenciada daquela que vinha sendo empunhando então seria a nova postura adotada pela Internacional Comunista frente ao fascismo alemão, passando a adotar uma política de frente popular contra o nazismo, em torno do qual deveriam unir-se comunistas, socialistas e liberais contra o inimigo comum. Essa nova linha política torna-se definitiva no VII Congresso da IC, transformando-se, dessa maneira, em diretrizes do Partido Comunista ao nível mundial.

No Brasil, essa nova orientação dá base à criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, que reúne comunistas, socialistas, liberais, operários, elementos da classe média, militares, burgueses e outros. E dentre as reivindicações presentes no *Manifesto-Programa Nacional Libertador*, a questão latifundiária e feudal, novamente se apresentam, às quais se propõem, dentre outras coisas, a justa distribuição das terras e a instituição de leis que protejam os interesses das camadas populares que vivem no campo. Esse Programa, no que diz respeito à questão agrária, conclama as seguintes concessões.

Cancelamento das dividas imperialistas; nacionalização das empresas imperialistas [...] entrega do latifúndio ao povo laborioso que o cultiva; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária [...] (CARONE, 1974, p. 262-263, *apud* SEGATTO, 1981, p. 40).

Em defesa desse programa, Prestes justificava que “a distribuição das terras dos grandes latifúndios aumentará a atividade do comércio interno e abrirá caminho para a rápida industrialização do país, independente de qualquer controle imperialista” (SEGATTO, 1981 p. 41).

Mas a ANL foi colocada na ilegalidade¹⁵ em 1935 – pela Lei nº 299 que se baseou na Lei de segurança Nacional – sob a acusação de atividade subversiva, passando a atuar, daí em diante, novamente na ilegalidade.

Posto na ilegalidade, os comunistas começaram a organizar uma insurreição naquele mesmo ano. Entretanto, ela foi derrotada pelo governo de Getúlio Vargas, que após suprimi-las, decreta estado de sítio, ainda em 1935, culminando no Estado Novo em 1937. Desse processo, resulta que,

[...] no final de 1939 e começo de 1940, a polícia prende ou dispersa os vários CRs e o CC, e a ação se torna quase acéfala. Praticamente, o PCB deixa de existir, não há nenhum foco de agitação, o que subsiste internamente são indivíduos comunistas, presos e soltos, mas não o PCB como organização. O declínio parece significar a extinção total do Partido. (CARONE, 1976, p. 217, *apud* SEGATTO, p. 44).

Esse trágico cenário em qual fora metido o Partido só passa a sofrer significativas alterações no início da década de 40, onde o PCB começa a reaparecer no cenário político brasileiro junto a outras forças democráticas e liberais, que se manifestavam diante do fascismo alemão. Antes da invasão do exército hitlerista sobre a Rússia, o PCB havia lutado contra a ditadura interna de Vargas, mas diante desse novo fato, a “palavra de ordem” passou a ser a união nacional, em defesa da democracia e contra o nazi-fascismo.

Era unânime a posição dos comunistas em relação o combate ao nazismo e pela defesa da Rússia, mas em relação a sua postura diante da conjuntura política interna (onde a ditadura do governo Vargas, ironicamente, era bastante parecida com aquela do fascismo), o Partido estava dividido em três tendências: A primeira delas, a posição vencedora, era representada pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CENOP) que, em suma, defendia a união nacional no esforço de guerra contra o fascismo, e apoio a Getúlio. Havia ainda uma segunda posição, parecida com a aquela, mas mais radical no ponto em que diz respeito à relação com o Governo Vargas. Essa tendência defendia a proposta de que a união nacional, além de posicionar-se contra o nazismo e apoio ao governo, deveria promover a extinção do Partido Comunista, como gesto de boa vontade diante dos aliados democráticos. Essa tendência

¹⁵ Conforme indicam alguns pesquisadores, o motivo pelo qual a ALN foi posta na ilegalidade deve-se ao discurso de Prestes realizado em 5 de julho de 1935 em que conclamava as massas para o assalto ao poder, argumentando que o país estava, pois, na eminência de um momento pré-revolucionário. Segundo argumenta Segatto, “O manifesto de L. C. Prestes foi, na verdade, fruto de uma avaliação equivocada, subjetivista e idealista da realidade histórica nacional, através da qual acreditava-se que havia, no Brasil, um momento pré-revolucionário. Para tal avaliação, contribuíram as análises feitas em Moscou, por representantes da IC, com informações de dirigentes do PCB.” (SEGATTO, 1981 p. 42)

emerge ao mesmo tempo em que Stálin fecha a III IC, como demonstração de boa fé para com as forças beligerantes aliadas. E, por fim, uma terceira posição, era representada por um grupo comunista de São Paulo, do qual participava Caio Prado Júnior (2014), os quais concordavam com a união nacional, mas defendiam a posição de que internamente o governo ditatorial de Vargas devia ser combatido.

Em 1945, o governo de Getúlio Vargas é deposto num golpe liderado por Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro. O PCB retorna à legalidade, e com a saída de Prestes da cadeia, os elementos divergentes de São Paulo, do qual fazia parte Caio Prado Júnior, e do Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira, retornam ao Partido. Momento em que o PCB vai tornar-se um grande partido de massas.

É nesse curto período de legalidade entre 1945 a 1947 que a nossa sociedade assistirá a primeira significativa aparição da questão agrária nos moldes institucionais, onde será impressa questões inéditas à Constituição Brasileira, mediante a apresentação de um projeto de lei posto por Luiz Carlos Prestes, o qual fora eleito senador junto a mais 11 membros do PCB, que, naquele momento, participavam da Constituinte de 1946.

Segundo afirma João Pedro Stedile:

Foi nessa Constituinte que pela primeira vez se falou da necessidade de uma reforma agrária, ou seja, defendeu-se a tese de que a propriedade das terras no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria, e que isso constituía grave problema, pois impedia o progresso econômico do meio rural, a distribuição da renda e a justiça social. Para enfrentar esse problema era necessário, portanto, reformar o modo como a propriedade da terra se dividia – uma reforma agrária que distribuisse terras a quem nela quisesse trabalhar. Essa ideia foi apresentada como proposta de projeto de lei pelo senador Luiz Carlos Prestes.

A proposta do senador Prestes incorporava à Instituição de que todas as terras mal-usadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, para que esse fizesse uma redistribuição a quem de fato quisesse produzir. Aparecia, assim, o conceito de que a propriedade da terra deveria estar vinculada ao *uso social* para produção. Infelizmente, as teses de Prestes foram derrotadas pela ampla maioria conservadora do Parlamento. Mas o debate trouxe como resultado a introdução de novidades à Constituição, instituindo o preceito de que o governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social. Era, sem dúvida, um avanço na compreensão de que havia um problema agrário no país e de que o governo dispunha de um mecanismo constitucional para solucioná-lo, se isso fosse de interesse da sociedade. (STEDILE, 2011, pp. 18-19).

Durante esse período, o PCB teve participação também na criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que traz em seu Manifesto a conclamação dizendo: “devemos lutar para que se torne efetiva a sindicalização dos que trabalham no campo e para

que à estes sejam reconhecidos os direitos e assegurados todos os benefícios da legislação social.”(SEGATTO,1981, p. 56).

Entretanto, em 1947, a repressão novamente decai sobre o país, e o PCB é mais uma vez posto na ilegalidade. Militantes são perseguidos, presos, exilados, e jornais fechados. A nova situação política vai exigir do Partido uma revisão de sua antiga tática, fazendo com que o mesmo realize uma autocrítica, no interior da qual a reflexão sobre a escolha dos seus aliados adquire relevo. Dessa maneira, além da reflexão sobre a aliança com a “burguesia progressista”, o Partido vai reconhecer também as suas limitações em relação à aliança com os camponeses.

O *Manifesto* de janeiro de 1948 procurava, de início, fazer uma autocritica da tática política empregada no período anterior – segundo o *Manifesto* – havia se caracterizado “pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’, assim como a pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletário”¹⁶. (*idem*, p. 61-62).

Essa autocrítica parece ter culminado em desdobramentos concretos, porque muitas das lutas sociais desencadeadas no meio rural, principalmente de meados da década de 40 em diante, contarão com a participação direta do PCB, como fora, por exemplo (e antes mencionadas), na Revolta de Porecatu no Paraná; na formação das ligas camponesas em várias regiões do país, especialmente no nordestes; no surgimento dos primeiros sindicatos de assalariados rurais, os quais exigiam, dentre outras coisas, o pagamento do salário mínimo e direito à férias. Além de participar também nas lutas de Trombas e Formoso no estado de Goiás, na década de 1950; na criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, responsável por uma ampla campanha pela reforma agrária, constituindo-se como força dirigente de grandes lutas de posseiros, arrendatários e assalariados rurais durante as décadas de 50 e início de 60. Há também a Revolta dos Colonos ou Revolta dos Posseiros no Paraná em 1957, da qual também participaram militantes do PCB, além da participação na criação da Comissão Nacional de Sindicatos Rurais (CONSIR), e na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A insurreição de posseiros, assalariados rurais, sem terras, colonos, arrendatários, meeiros e seringueiros invadiram o cenário da luta social no Brasil, no período que vai,

¹⁶ Luís Carlos Prestes, “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista, brochuras”, citado por Anita Leocádia Prestes, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, *Oitenta*, P. Alegre, LPM, nov./1980, nº 4, p. 112, *apud* SEGATTO, 1981, pp. 61-62)

principalmente de meados da década de 40 a 64, cujo golpe militar, pela via da repressão, vai tentar suprimir, pondo fim também a todo um amplo movimento democratizante que se formara no interior do país.

Naquele momento, a relação entre o movimento operário e o movimento camponês já havia adquirido consistência, e o PCB finalmente aprendera a botar em prática as premissas básicas que exigem a união entre operários e camponeses na luta de classes no Brasil. A reforma agrária nunca havia desfrutado de tamanha atenção.

Ao lado desse abrangente movimento, o PCB, num ajuste de contas com o stalinismo, realizava uma profunda autocrítica para rever seus próprios passos e linhas políticas quando diante da divulgação do Relatório Krushev, revelado após a morte de Stálin, em 1956, o qual trazia à tona as práticas autoritárias do stalinismo e que até haviam permanecido encobertas, e que agora abalavam as organizações comunistas mundiais. Nesse sentido as repercussões negativas das linhas políticas do stalinismo fazia com que o PCB se pusesse a refletir sobre a sua própria linha de atuação.

Diante dessa autocrítica, prevalecia no PCB uma tendência interessada em estabelecer uma reflexão nova a respeito da questão democrática e nacional. Desse processo resulta a tese “nacional-democrática”, que passará a ser o núcleo da nova tática adotada pelo Partido, propondo a criação de uma “frente única nacionalista e democrática”, em torno da qual deveriam unir-se todas as forças progressistas contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. Seria essa uma luta fundamental, sem a qual o comunismo não se viabilizaria.

“A contradição entre nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal na sociedade brasileira” (SEGATTO, 1981, p. 80), contra a qual o próprio trabalhador deveria se juntar ao lado de setores da burguesia nacionalista porque, segundo acreditava essa tática, “embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista” (SEGATTO, 1981, p. 81).

A ação, nesse sentido, deveria estar voltada ao

[...] desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do país e o atraso de nossa agricultura, [onde] as tarefas nacionais e democráticas levariam no sentido do socialismo, o qual, por sua vez, realizaria a completa emancipação nacional, a completa libertação social e criaria as mais amplas condições para a realização plena da

democracia e do desenvolvimento das forças produtivas (SEGATTO, 1981, p. 43).

O caminho trilhado pelo PCB, assim como toda a sociedade brasileira ao longo de sua história, é espinhoso, incerto, e impactado por repressões e truculências. E por incontáveis vezes teve o Partido de rever sua tática, em razão das inconstantes e difíceis conjunturas políticas onde predominou a cultura do autoritarismo, tornando os momentos de legalidade desfrutados pelo Partido como a exceção da regra.

Mas na década de 60 parecia o Brasil estar rumando para uma sociedade verdadeiramente democrática. O movimento operário e camponês encontrava-se em maior sintonia, e somados a outros setores da sociedade, que também se puseram em movimento naquele momento, chegando mesmo a depositar suas aspirações na aliança com João Goulart, que anuncia as reformas de bases, na qual a reforma agrária inclui-se como uma das principais medidas. Era a hora e a vez da democratização no Brasil, e para o PCB, aquele significava o momento prévio que abriria caminho para o socialismo.

Mas as forças reacionárias brasileiras não estavam preparadas para a elevação dos patamares de socialização da economia e da política em nosso meio, sequer para o desenvolvimento nacional de caráter “democrático-burguês” – desenvolvimento “burguês”, talvez sim, mas “democrático”, era ilusão – como empreitou o PCB ao longo de sua história. E o golpe de 64 viria pôr fim a todo um amplo movimento democratizante que se desencadeou no interior do país, o qual, pela primeira vez em nossa história, abria reais possibilidades de profundas reformas, contando com uma ampla participação popular.

Mas a estratégia “nacional-democrática”, que visava a construção dessa ampla frente democrática e nacional interessada no desenvolvimento econômico interno e soberano do país livre do jugo imperialista e com base nos interesses da maioria da população, visando contar com um governo popular comprometido com essas reivindicações, viria a ser posta por terra pelo golpe militar, e novamente trazer a tona os dilemas da revolução brasileira, que parecia estar logo ali na esquina.

A teoria da revolução, com base em outras experiências, dentre elas, a soviética, como vimos, tornadas modelos gerais, passível de aplicação à nossa brasileira, como tentaram fazer os nossos comunistas por aqui, os quais, ao conferir características feudais e semifeudais à realidade brasileira, colocaram a revolução burguesa como tarefa inadiável dos trabalhadores, à frente, inclusive, da revolução proletária.

E no início da década de 60 parecia-lhes ter reunido todas as condições para realizar essa tarefa. Mas foram surpreendidos pelo golpe de 1964, quando forças conservadoras, há tanto combatidas pelos comunistas, que aos seus olhos representavam os principais inimigos dos interesses nacionais, inclusive da revolução burguesa, dariam início a um processo que culminaria, justamente, no encerramento do ciclo da revolução burguesa no Brasil, instaurando um regime ditatorial que perdurará por duas décadas.

Ao PCB teria sido colocada a tarefa da revolução burguesa para superar o arcaísmo existente no Brasil. O que se justificava nas teses do caráter feudal da economia e sociedade brasileira, principalmente no que dizia respeito à questão latifundiária e o perfil particular das relações sociais e de trabalho vigentes no campo, como enfatiza Marildo Menegat (2012), nessa interessante observação:

Contudo, como ficou demonstrado pelos acontecimentos do dia 31 de março de 1964 e posteriormente, nada mais adequado ao horizonte social e político da burguesia brasileira do que o suposto arcaísmo das relações de propriedade do campo. Ao contrário do que pensava o partido, as transições pelo alto, tão abundantes na história do país, não foram um adiamento destas “tarefas históricas” [das tarefas da revolução burguesa], mas somente o modo acanhado da sua efetivação. (MENEGAT, 2012, p.221).

Com efeito, será também na década de 60 que, pela primeira vez, as teses e a estratégia empunhada historicamente pelo PCB serão submetidas de forma radical à crítica. Caio Prado Júnior, nesse sentido, tornar-se-á uma das mais importantes referências, rompendo com a visão feudal predominante na análise da questão nacional, e conferindo, dessa forma, inovadora leitura à questão agrária brasileira.

Será, portanto, a sua posição a respeito da questão agrária no Brasil que tentaremos identificar no próximo capítulo, analisando também de que maneira se configurou o seu debate em relação a outros interpretes da questão agrária brasileira, como é o caso, por exemplo, de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

CAPÍTULO 3: A questão agrária segundo o pensamento de Caio Prado Júnior

3.1 A visão “consagrada”

Como explicitado anteriormente, predominou na análise da realidade brasileira, especialmente no interior da esquerda, a visão de que o Brasil havia sido construído sob os escombros do feudalismo, e que, em razão disso, a nossa economia e a nossa sociedade encontravam-se profundamente contrastadas por esses elementos anacrônicos, que transcende desde a idade média aos dias atuais, vindo se chocar no presente e até mesmo entravar o curso do desenvolvimento da moderna sociedade brasileira. Livrar-nos, portanto, desses incômodos resquícios consistia em tarefa primeira; ação essencial sem a qual, esperar níveis mais elevados de nossa economia e sociedade assim com vista à superação do nosso atraso material e cultural, se tornaria impossível sem a realização daquela tarefa primordial.

Essa tese será radicalmente enfrentada por Caio Prado Júnior, de maneira geral, ao longo de suas diversas obras, mas que trataremos mais acentuadamente de *A Revolução Brasileira* e *A questão Agrária no Brasil*, sobre as quais vamos especialmente nos ater neste capítulo para tratarmos do nosso tema.

Segundo Caio Prado Júnior (2014), essa perspectiva analítica de matriz europeia se tornou um “esquema consagrado”¹⁷ para a interpretação da realidade brasileira, onde se verifica a aplicação mecânica da leitura elaborada pela Internacional Comunista, construída com base na experiência da revolução soviética e das lutas internas em certos países coloniais da Ásia e da África, desenvolvida justamente para orientar teórica e politicamente o proletariado dos países de origem colonial na luta pelo socialismo.

Essas ideias, cuja força e autoridade com as quais emergem lhes conferem, ao mesmo tempo, o status de incontestáveis e a proteção do escudo impenetrável à crítica, na visão do autor, impediram que a esquerda brasileira, ao menos a sua maior e mais significativa parte, imputasse uma leitura de nossa realidade por meios e categorias próprias e, ao invés disso, muniram-se, dessa forma, não de elementos extraídos da própria realidade, mas estranhos a ela, através da aplicação de modelos exteriores trazidos de uma realidade distante da nossa.

¹⁷ “Esquema consagrado”, “visão consagrada”, “modelo consagrado”: são termos usuais do autor em *A Revolução Brasileira* ao se referenciar às teses do feudalismo ou semifeudalismo, dominantes na análise da realidade brasileira no interior da esquerda. E, quando se refere à “esquerda” em *A Revolução Brasileira*, é curiosa a sutileza com que Caio Prado Júnior (2014) parece fazer, de maneira tácita, referência crítica ao Partido do qual fazia parte, pois ele não se refere de maneira direta, ao PCB, sempre utilizando o termo “esquerda”.

Essa perspectiva adotada pela esquerda, como demonstra Caio Prado Júnior (2014), vai dar margem a construções abstratas para a interpretação do nosso cenário nacional sem correspondência com a dinâmica efetiva da nossa particular realidade, e acabou, assim, por traçar um caráter da sociedade brasileira que objetivamente nunca existiu, a saber, aquele que diz respeito à natureza feudal ou semifeudal da nossa formação sócio-histórica.

Daí, segundo sua posição, dessas equivocadas interpretações, derivam implicações práticas e políticas gravíssimas, como veremos mais a frente vai analisar Caio Prado (2014). São, portanto, com essas implicações práticas da teoria e da estratégia que o autor está preocupado a fim de, partindo do apontamento dos erros passados e presentes, ajustar as ações e apurar o curso do nosso desenvolvimento em razão de interesses próprios, que não estejam simplesmente subordinados aos interesses externos como historicamente se deu no Brasil.

Embora não seja explícito em palavras, em *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966, Caio Prado Júnior (2014) parece estar realizando um acerto de contas com o partido do qual fez parte. O golpe de 1964 trazia à tona os limites em que o PCB havia baseado toda a sua estratégia desde as origens, pois o ambiente político aí instaurado, se, por um lado, demonstrava as trágicas adversidades postas para o terreno da luta democrática e de massas no interior do país, visto a violenta repressão adotada pelo regime militar, por outro, do ponto de vista da estratégia revolucionária da esquerda brasileira, será exigido uma profunda revisão das suas perspectivas, das suas estratégias e linhas políticas. É esse o sentido geral da obra de Caio Prado Júnior que, no entanto, só parece passar a fazer sentido, para uma boa parte da intelectualidade e da esquerda brasileira, nas posterioridades do golpe de abril.

Com efeito, é extensa a história da consolidação da visão consagrada no PCB, como é possível verificar na abordagem até aqui realizada. Ela tem suas origens nas orientações da III Internacional Comunista, bem como a sua consequente adesão pelo PCB e a reprodução dessas teses ao mirarem a realidade brasileira.

Estas teses ficam explícitas, portanto, nos documentos históricos do PCB e nas próprias diretrizes criadas pelo Comintern quando elabora linhas políticas específicas¹⁸ para a atuação do movimento comunista da América Latina e do Brasil, identificável também nos incontáveis pronunciamentos público feitos pelos dirigentes do Partido Comunista do Brasil

¹⁸ Se bem que o termo “específico” não seja muito adequado porque, por tudo que até aqui tratamos no sentido de estabelecer o entendimento de que aquelas orientações não tinham praticamente nada de específico, uma vez que consistiam em modelos gerais para os países formados originariamente como colônias sem levar em consideração as suas particularidades, especialmente da realidade latino-americana e brasileira. E é nisso que consiste parte significativa da crítica de Caio Prado Júnior (2014) acerca daquilo que ele chama de “esquema consagrado”, que ora estamos tratando, que nada mais é, grosso modo, do que as teses do Brasil feudal e semifeudal sustentadas vigorosamente até pouco tempo no seio da esquerda brasileira.

(que ainda utilizava essa nomenclatura) e o regular lançamento de manifestos que deixavam claro em seu conteúdo a visão predominante no interior do partido sob a natureza feudal de nossa formação econômico-social e o caminho por onde deveria trilhar a ação revolucionária sustentada por essa visão.

Esse é o caso, por exemplo, em que se pode verificar em escritos de Astrojildo Pereira, Luiz Carlos Prestes, e outros tantos intelectuais com os quais contou o Partido Comunista Brasileiro ao longo de sua História. Sem mencionar ainda obras pioneiras, cuja importância não pode ser menosprezada, que, mesmo se valendo daquelas formas pré-concebidas fornecidas pelas experiências das lutas revolucionárias da Europa oriental e de certas experiências asiáticas, demonstram um profundo esforço teórico para a compreensão do nosso próprio problema nacional, como fora, por exemplo, a já mencionada importante obra *Agrarismo e Industrialismo* de Otávio Brandão, que já na metade da década de 20 dão um panorama geral da profundidade dos problemas com os quais teríamos que lidar na busca pela solução da nossa questão nacional.

Não apenas essas evidências de caráter mais formal, por assim dizer, contribuem para o coescionamento dessa consagrada visão, mas, evidentemente, a própria trajetória política do PCB no encaminhamento concreto de sua estratégia que, até a década de 60, não reservará espaço apreciável para a sua contestação. E, ao contrário, as vicissitudes enfrentadas pelo Partido ao longo de sua história mostram, a cada mudança no cenário político e econômico, em que o PCB também tem de mudar a sua tática, parecem alimentar a perspectiva geral daquela visão centrada em traços feudais ou pré-capitalistas, que chegam mesmo a ganhar a força de uma tradição.

E na década de 60, em meio às agitações que permearam todo o cenário nacional, a questão agrária se torna um assunto recorrente nas diversas esferas da vida social e intelectual. Compreender os problemas agrários significava também entender boa parte dos quatro séculos em que se assentava a nossa história, e talvez apontar saídas mais prósperas para o conjunto da população do que aquelas que até o derradeiro momento nitidamente beneficiavam apenas uma pequena parcela da mais alta elite brasileira.

Ao passo que, na análise da realidade brasileira, com relevo para a questão agrária, ganhava terreno a inovação teórica, a qual haveria de partir da crítica do modelo anterior para oferecer outra análise de nossa realidade e assim novos caminhos para a revolução brasileira, a exemplo de Caio Prado Júnior (2014), ainda aí o terreno era hegemonizado pelas correntes partidárias da visão tradicional, onde seus defensores buscavam as mais diversas fundamentações para manter atual aquela teoria da origem feudal da nossa sociedade.

Esse é o caso, por exemplo, de dois intelectuais de grande expressão na literatura do tema, a saber, Alberto Passos Guimarães (2005) e Nelson Werneck Sodré (2005). Ambos integrantes do PCB, e que na década de 60 elaboraram conhecidas obras como, respectivamente, *Quatros Séculos de Latifúndio* (1963) e *Formação Histórica do Brasil* (1962), onde desenvolvem um conjunto de articulados elementos a fim de reafirmar a origem feudal de nossa formação social e daí os resquícios dela emanados.

Alberto Passos Guimarães afirmava não poder haver outro tipo de organização social no Brasil, desde a época do descobrimento, que não o feudalismo, uma vez que essa era a organização social vigente em Portugal, não havendo, portanto, outro ponto de partida para a nossa forma social senão aquele dos colonizadores.

Desde o instante em que a metrópole se decidira colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no novo mundo os fundamentos econômicos de ordem feudal, e não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da descoberta – continua a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal. (GUIMARÃES, 2005, p. 39)

Daí junto à colonização portuguesa, de acordo com Guimarães, transfere-se também para o Brasil – como logicamente haveria de conduzir-nos o raciocínio se assumíssemos o ponto de vista do autor – todo um conjunto de expressões econômicas, políticas, sociais, jurídicas, bem como instituições, tradições e costumes típicos da forma feudal de se organizar econômica e socialmente. Ou seja, transferem-se para cá todos esses aspectos de cunho feudal daquela ordem em que se davam, na visão de Guimarães (2005), as relações sociais em Portugal e que vão se reproduzir às condições próprias do Brasil colonial e prolongar resíduos pelos tempos afora.

Tais resquícios apresentar-se-iam mais tarde e mais recentemente, ao lado do imperialismo, como obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento, contra o qual devem unir-se o proletariado, os camponeses (camponeses e assalariados rurais) e suas forças aliadas.

Para Alberto Passos Guimarães (2005), nesse sentido, o principal elemento que caracterizava o nosso sistema como sendo feudal se dava em torno do monopólio territorial, ou seja, a concentração da terra, aludida por ele como o mais importante meio de produção existente. Logo, quem a detém, detém também o poder sobre todos os outros fatores dessa sociedade. E aí é patente, na análise do autor, a caracterização das formas de dominação aparentemente extra-econômica, como o “coronelismo”, ou os mandos da classe latifundiária

sobre os “moradores”, “agregados”, “meeiros”, e “colonos”, como evidências claras das expressões pré-capitalistas. E, apoiado nessa perspectiva, lançava-se contra a teoria que, em oposição, afirmava a característica capitalista da formação social brasileira:

Supondo-se inicialmente capitalista o regime econômico implantado no Brasil colônia, estaria implícita uma solução, inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária. Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma “configuração capitalista”, porque revolucioná-la? Partindo desse ponto de vista, evidentemente falso, concebe-se uma estratégia política não reformista ou não revolucionária, uma estratégia evolucionista: o desenvolvimento gradual sem reformas. (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

Estando assim em torno do monopólio da propriedade da terra subordinadas todas as demais formas de relações econômicas e, por conseguinte, também as relações sociais, propõe Alberto Passos que a reforma agrária, diante de tal contexto, cumpriria a função de destruir um “duplo sistema espoliativo e opressivo”, a saber, “romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e “jurídico” da classe latifundiária” (GUIMARÃES, 2005, p. 54).

Para esse intelectual, portanto, o Brasil é originariamente feudal porque fora colonizado por um país que, ainda que sofrendo os impactos com as transições mediadas pela era mercantil, se caracterizava pelo conjunto de suas instituições econômicas, políticas, sociais, e jurídicas, de laços fundamentalmente feudais.

Além disso, argumenta Alberto Passos Guimarães (2005) que o que é básico na caracterização de uma sociedade é o seu sistema de produção, em torno do qual, todo o resto se subordina. Dessa maneira, para o autor, sendo o sistema de produção brasileiro sustentado sobre o trabalho escravo ou servil, este não pode ser caracterizado como capitalista. Ele recusa também a produção comercial ou a circulação como elementos de caracterização de nosso regime, pois afirma ele que os elementos inerentes da circulação estão presentes em todas as formas sociais desde que a humanidade abandonou a vida primitiva. E se levássemos adiante essa tese, afirma que “acabariamos por aceitar a absurda igualdade entre todos os sistemas sociais porque passou a humanidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 41).

Em suma, esses seus argumentos se apresentam da seguinte maneira:

O básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo porque, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência. Assim, o modo porque os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver e que determina todos os demais processos

econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens. (GUIMARÃES, 2005 p. 42).

Em visão tanto quanto diferente, embora também tenha como resultado a reafirmação feudal de nossa formação, se situa o pensamento de Nelson Werneck Sodré (2005). Para ele, os traços feudais na sociedade brasileira são frutos de uma regressão: a “regressão feudal”, a qual o país passa a vivenciar ao lado da incorporação do trabalho livre quando da libertação do regime escravo no Brasil. Na ótica do autor, o Brasil passa a evoluir na metade do século XIX do trabalho escravo para outras formas num duplo sentido. De um lado, para o trabalho livre e, de outro, para a servidão, isto é, para aquilo que o autor chama de “regressão feudal”.

Segundo argumenta ainda Nelson Werneck (2005), o Brasil é um país profundamente marcado pelo estigma da cor, herdado dos séculos de escravidão que fazem com que o trabalho no país apareça sempre associado a aspectos pejorativos, mal visto e carregado de discriminação, as quais se encontram profundamente enraizada em nossa sociedade. Dessa forma, a marca da cor legada pela escravidão, segundo ele, se torna um forte elemento pelo qual, em muitas fazendas, a relação de trabalho simplesmente se transmuta da escravidão à servidão, porque ao trabalho livre, para desvestir-se dessas atribuições pejorativas com que era visto o trabalho geral no país por ter sido ele historicamente exercido pelo escravo africano, buscará alternativa na imigração, primeiro asiática e depois europeia, afirma Nelson Werneck Sodré (2005):

São vários os motivos como a longa vigência do escravismo que onera e retarda a transformação. Alguns podem ser rapidamente mencionados:

- o escravo africano é marcado pela cor, esta é como um rótulo;
- o escravo africano avilta, pela sua presença ou pela sua precedência, o nível de remuneração do trabalho livre;
- o escravo africano não está preparado para o trabalho livre;
- o escravo africano torna aviltante o trabalho em si;
- o escravo africano não é um consumidor. (SODRÉ, 2005, p.119).

E dessa maneira, enfatiza Sodré (2005) que a massa de ex-escravos tende a dois destinos diante das novas condições posteriores a 1888. Um deles é “a área de servidão e semi-servidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo;” (2005, p. 125), ou outro seria “a área urbana, onde vai constituir uma sobra humana marginalizada pelas condições locais.” (SODRÉ, 2005, p. 125).

Para este autor, portanto, a “regressão feudal” é um fenômeno resultante da dissolução do regime escravista sob as circunstâncias de um Brasil ainda despreparado para comportar

substancialmente o trabalho assalariado, de tal maneira que para Sodré a abolição foi uma saída mais política do que econômica para a classe dominante, pois consistiu, segundo ele, em

[...] liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo para a classe proprietária, tomada em conjunto. Tanto não houve em conjunto, o prejuízo, que as previsões catastróficas não se realizaram. O fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela o carregasse. (SODRÉ, 2005, p. 125).

Outro elemento importante presente na análise de Nelson Werneck Sodré (2005) é a afirmação de que um dos traços principais que se destacam na sociedade brasileira desde a metade do século XIX é a consolidação da classe senhorial no poder, como fruto do avultoso capital comercial adquirido em torno do tráfico de escravos que, quando esse se torna ilícito e obsoletos, será convertido aos negócios agropecuários, transformando antigos traficantes em legítimos senhores de terras:

[...] o tráfico negreiro, atividade comercial e, portanto, característica de um capital comercial, isto é, de uma forma anterior ao capitalismo, era a área que absorvia, no comércio, a maior parte dos recursos brasileiros, não importando, no caso, que, entre os traficantes, fossem os portugueses de nascimento os mais numerosos. Tais recursos ficaram, de súbito, em disponibilidade. Dado que o ideal do comerciante do tempo era tornar-se senhor de terras, e que a atividade agrícola do café ia em ascensão, proporcionando razoável rentabilidade, e permitindo supor que tais recursos tenham sido transferidos da área do tráfico negreiro para a área agrícola. (SODRÉ, 2005, p. 116).

Fizemos o resgate rápido do pensamento desses importantes intérpretes da realidade brasileira porque eles nos ajudam a ilustrar, de certa maneira, o teor mais geral com o qual se apresentavam as teses baseadas nas origens feudais, semifeudais ou pré-capitalistas de nossa formação social. As quais, mesmo gestadas no início do século XX, encontravam-se plenamente vigorosas na década de 60. Por isso, o retorno a algumas de suas ideias gerais, como procedemos, ajudarão a preparar o terreno do nosso entendimento acerca da crítica de Caio Prado Júnior (2014) àquele sistema de pensamento que levou ao desenvolvimento de toda uma consagrada tradição no interior da esquerda brasileira, e que, justamente por este estatuto de tradição, tornara-se de tão difícil rompimento.

3.2 “A revolução brasileira”.

Caio Prado Júnior (2014) em *A Revolução Brasileira* entende por necessário retomar alguns aspectos teóricos do conceito “revolução” para preparar o terreno da sua análise a cerca da nossa particular realidade brasileira e dos seus possíveis caminhos revolucionários, assim definindo o que é “revolução”:

Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da história não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente impossibilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por revolução. (PRADO JUNIOR, 2014, p. 12)

É esse o sentido de revolução que Caio Prado (2014) deixa bastante claro em *A Revolução Brasileira*. Na obra, o autor está buscando propor um caminho diferente à esquerda brasileira fazendo uma profunda revisão da sua tradicional estratégia, a fim de destruir as falsas representações acerca da realidade brasileira. Seu objetivo é propor uma nova teoria alternativa àquela que predominava até então, e que, segundo ele, o golpe de abril de 1964 havia demonstrado os grandes erros com que vinha sendo conduzida aquela estratégia.

Para o autor, o Brasil estava passando por esse momento de curto período de tempo em que, como acima citado, toda a estrutura econômica política e social poderia ser radicalmente alterada. Caberia assim, pois, diante de tais circunstâncias, produzir uma leitura concreta da realidade brasileira sob o propósito de corretamente identificar as principais forças sociais e contradições nela inerentes – aquilo que Caio Prado (2014) também chama de “impulsos revolucionários” – e dirigir essas forças para realizar o conjunto de transformações das quais o Brasil precisaria para superar o profundo atraso material e cultural em que se encontrava submerso. Transformações que deveriam ser operadas em sintonia direta e pelos interesses das massas da população trabalhadora.

É esse o seu propósito com *A Revolução Brasileira*. Nessa obra encontra-se, de maneira explícita, a visão divergente – já expressa em obras anteriores como *Evolução Política do Brasil*, *História econômica do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, bem

como em diversos artigos que escreve na década de 60 sobre a questão agrária, dentre outros – em relação à concepção hegemônica predominada no interior do PCB sobre nosso problema nacional, a qual caracterizava a formação social brasileira como sendo de natureza feudal e que, portanto, a próxima etapa da revolução em nosso país seria de caráter “democrático-burguês”.

A posição de Caio Prado Júnior (2014) está abertamente na contracorrente dessa posição. Para ele, o Brasil já nascera como uma grande empresa comercial de cunho capitalista, ocorrido na fase em que o capitalismo encontrava-se em seu patamar de acumulação originária, e em função da qual se organizará toda a nossa economia. Dessa forma, portanto, aquela estratégia hegemônica cultivada no interior da esquerda resultava para o autor de um grave erro de interpretação de nossa realidade, e que, assim, teria conduzido ao fracasso, do qual os eventos de abril de 1964 são claras evidências.

Para Caio Prado (2014), esses equívocos resultaram de uma aplicação dogmática das elaborações da Internacional Comunista por parte dos comunistas brasileiros, os quais não souberam se apropriar adequadamente do método marxista e acabaram por assim transformá-lo numa doutrina. Nessa análise linear, a realidade teria de se enquadrar dentro daqueles modelos pré-concebidos, “apriorísticos” – como se refere o autor às teses em que se baseou a esquerda ao longo de sua história –, em vez de, ao inverso, extrair da própria realidade as categorias nelas presentes, como demanda coerentemente o método marxista.

Trata-se de definir uma teoria revolucionária que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam. Ou antes, as alternativas dessas soluções, das quais se escolherão as que signifiquem o impulso e a aceleração do processo histórico, a marcha dele para a frente. A transformação em oposição ao status quo. É de uma teoria dessas que necessita a revolução brasileira, e não de especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução, do seu tipo e da sua correspondência com algum esquema ideal, proposto fora e acima dos fatos concretos e dados imediatamente pela realidade econômica, social e política que o país está efetivamente vivendo. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 12).

Assim, a teoria da revolução presente em Caio Prado Júnior (2014) é atravessada do início ao fim por uma crítica radical à visão tradicional da esquerda, em que o autor tem em vista a destruição daquelas falsas concepções, cujo sentido prático é impulsionar as forças sociais presentes na sociedade para que possam se conduzir corretamente no curso da revolução.

3.3 Feudalismos x Capitalismo

É de encontro, portanto, às teses dos resquícios feudais ou semifeudais, ou mesma da existência de relações pré-capitalistas no seio da sociedade brasileira, que se situa o pensamento de Caio Prado Júnior.

Para ele, sempre predominou na economia brasileira uma forma de organização da produção de viés eminentemente capitalista que reservara ao Brasil um papel inteiramente integrado ao mercado mundial, onde a nossa economia baseada na grande exploração para exportação, mesmo depois de nossa independência política e com a introdução do trabalho assalariado, não se alterará e, alias, acentua-se no decorrer da história, mantendo-nos sempre subordinados e dependentes dos interesses exteriores.

Em sua análise, Caio Prado (2014) vai procurar demonstrar que no Brasil a colonização e todo o emaranhado de relações sociais por ela contraídas se dirigiam a uma única e sólida finalidade, em torno da qual todo o resto se submetia, ou seja, o lucro gerado em torno da grande exploração agrária destinada ao comércio mundial que, se baseando no trabalho escravo, rendia avultosa acumulação à elite agrária.

Com isso, o autor busca demonstrando que de fato o que se instalou no Brasil não fora uma simples tentativa de reconstrução daquele conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e seus correspondentes sistemas jurídicos de natureza feudal vigentes na Europa – e que a revolução burguesa iria romper em algum tempo –, mas uma imensa empresa comercial altamente lucrativa, baseada na forma escravista de exploração do trabalho.

Assim, os “senhores de escravos”, “donatários”, “fazendeiros”, “latifundiários” “coronéis”, “patrões”, ou seja, essa vasta gama em que se faceta a classe latifundiária no Brasil ao longo da história, caracterizados pela visão tradicional como evidências eminentes de relações feudais, na verdade aí estavam trajados, segundo Caio Prado Júnior (2014), o empresário do grande negócio agropecuário brasileiro, que dirigirá a sua atividade tal como o faz o empresário nas fábricas.

Em contraposição à tese tradicional que atribui ao Brasil colonial a extensão de relações feudais desde a metrópole portuguesa à constituição de nossas relações internas, das quais certos traços se prolongarão na história sob a forma de “restos” ou então “resquícios” (que, como vimos, alimenta a visão de Alberto Passos Guimarães e tantos outros defensores dessa concepção), atesta Caio Prado Júnior (2014):

O fato é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como restos feudais. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos” haveria por força de pré-existir a ele um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 40).

As teses do feudalismo baseavam sua argumentação na existência de relações extra-econômicas de dominação pessoal – comuns mesmo depois da abolição – dos fazendeiros sobre seus trabalhadores, tais como o “coronelismo”, o “patrimonialismo”, ou então a retenção do trabalhador em dada fazenda por meio do endividamento impagável, aliando-se aí também outra forma bastante recorrente em que os trabalhadores eram obrigados a obter os víveres dos quais necessitavam para garantir sua existência no armazém da própria fazenda, submetendo-se assim às arbitrárias condições pagáveis que lhes forem impostas, o que fazia com que muitas vezes a sua remuneração sequer lhes tocasse a mão, ficando assim a troca pura do trabalho pelo “mantimento”¹⁹. Entretanto, para Caio Prado Júnior (2014), esses anacronismos são frutos da escravidão, o verdadeiro regime que se instaurou no Brasil até fins do século XIX. Se se quer encontrar alguma herança, aí está a herança escravista de nosso passado colonial, não feudal. Assim aludindo ele afirma:

Feudal tornou-se [...] sinônimo e equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso. Tais formas, sem dúvidas, ainda largamente difundidas nas relações de trabalho brasileiro, constituem remanescentes, isso sim, do sistema de trabalho vigente no Brasil até fins do século passado, a saber: a escravidão. É a escravidão, em que o Brasil se formou, [...] é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo o seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro. (PRADO JÚNIOR, 2014, pp.43-44).

Além disso, onde naquelas particulares formas de relações de trabalho, acima postas, a perspectiva tradicional da esquerda encontrava “restos” feudais, para Caio Prado (2014), aqueles eram mecanismos que consistiam no aviltamento das condições de vida da população trabalhadora rural num polo, para que no outro, avolume-se o lucro dos negócios agropecuários. O que em outras palavras, nos valendo da linguagem da economia política, significa a diminuição do trabalho necessário para que aumente o trabalho excedente, acentuando-se a exploração dos trabalhadores de maneira a transferir parcela cada vez maior do primeiro ao segundo, o que numa economia de tão precárias técnicas e de tão baixo nível das forças produtivas como era nossa, só se tornava possível encolhendo o universo da satisfação das necessidades dessa classe ao mínimo por ela suportável.

¹⁹

Termo popular usado para se referir a produtos de primeira necessidade, principalmente, alimentação.

Outra linha de argumentação das teses do feudalismo era a existência de relações de trabalho em que o trabalhador rural não recebia remuneração em dinheiro pela sua atividade. Era o que ocorria, muitas vezes com as relações de Parceria, a meação ou a terça, onde o trabalhador exercia sua atividade em terras dos proprietários, lavrando-a para si e para o mesmo, cujos resultados laborais lhe retornavam sob a forma parcial do produto cultivado.

A verdade é que, segundo Caio Prado (2014), ao inverso do que apresenta a perspectiva tradicional que vê naquela forma uma expressão menor de caráter pré-capitalista, essas relações representavam um elemento superior para os trabalhadores, e também mais favorável a grande exploração, como ocorrera em algumas regiões de São Paulo, por exemplo, em que a cultura algodoeira onde vigorava o sistema de meação demonstrou elevado grau de produtividade. E para o trabalhador essa forma particular de relação de trabalho muitas vezes lhe garantia condições de vida melhores do que teria como assalariado, passando a ser mais bem remunerado. Além disso, como demonstra Caio Prado (2014) em *A Questão Agrária no Brasil*²⁰,

[...] os processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira de São Paulo no regime de meação são superiores aos empregados nas velhas fazendas cafeeiras do estado sob regime salarial; como também são do ponto de vista do trabalhador, que é muito mais beneficiado. O seu ganho é maior, e suas condições de vida são em geral superiores (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 343-344).

Para Caio Prado Júnior (2014), portanto, o sistema econômico brasileiro sempre foi constitutivo de uma parte integrada ao todo capitalista, que é o mercado mundial. De modo que a natureza de nossa particular realidade e das gelatinosas relações sociais aqui vigentes só podem ser corretamente entendidas nessa perspectiva. A nossa origem é o escravismo e é dele que emana a nossa pesada herança. É esse o equívoco apontado por Caio Prado (2014) e que, entretanto, não foi percebido pela parte mais significativa da esquerda brasileira. Ele está nos chamando a atenção para o fato de que não há como entender a nossa realidade, explicá-la ou transformá-la adequadamente se não buscarmos extrair do seu interior as determinações que a materializam concretamente.

Há que se abandonar assim, para o autor, aquelas teses que há tantas décadas vinham se baseando num esquema falso de nossa realidade, emprestado de realidades inteiramente

²⁰ Essa obra reúne vários artigos produzidos por Caio Prado Júnior (2014) Jr. entre 1960 e 1964 sobre a questão agrária brasileira, tendo sua primeira edição lançada em 1967, e que fora republicada no ano passado pela Companhia das Letras, unindo num só livro essas duas obras, *A revolução brasileira* e a *Questão Agrária no Brasil*, das quais estamos tomando referência nesse trabalho.

distintas da nossa, como, por exemplo, da Rússia czarista ou da China²¹, onde havia uma coesa organização social e suas respectivas instituições políticas e jurídicas, com sólidos costumes e tradições anteriores ao capitalismo e que, portanto, na eminência deste, principalmente em sua fase imperialista, aqueles sistemas inexoravelmente haveriam de se chocar.

Aquilo não se reproduziu no Brasil, nossa origem é de outra complexidade. Nossa nação não se originou de dispositivos endógenos como fora naquelas sociedades em que o feudalismo é o resultado dialético de um longo percurso social milenar que seria rompido pelo capitalismo. A população milenar de nosso continente, ou seja, os povos originários que, na época da colonização, ainda viviam no comunismo primitivo foram praticamente dizimados pelo sistema que muitos acreditam ter sido feudal. Nossa construção social veio de fora, e tudo o que nela se organizou desde então foi no sentido de cumprir com aqueles objetivos mercantis impostos pelos pioneiros da nossa formação social exploradora, isto é, os colonizadores. Pode-se, assim, ser caracterizada a nossa origem social de inúmeras maneiras. Mas, segundo o nosso autor, certamente que “feudal” não deve ser uma delas.

3.4 As forças sociais no Brasil

Para Caio Prado Júnior (2014) a questão agrária é uma dimensão de nossa questão nacional que expressa a contradição central existente na realidade brasileira. A sua solução, nesse sentido, se torna de essencial importância, uma vez que o elevadíssimo nível da miséria da população rural, que por si só já representa motivo mais que considerável da necessidade da alteração daquelas condições, também consiste numa das razões porque se permite aviltar as condições de vida do proletariado urbano, visto que há uma enorme massa de trabalhadores sobrantes remanescentes do campo brasileiro, cuja miséria na qual se encontram historicamente submetidas permite que o salário mínimo possa se manter baixo.

²¹ A origem da formação econômica e social na China caracteriza-se como o “modo de produção asiático”, assim como na Índia, Egito e África, que embora distantes uma da outra essas realidades, as semelhanças das economias que ali de se desenvolveram desde o abandono da vida nômade demonstram que elas cabem perfeitamente nesse conceito de “modo de produção asiático”. Esse modo de produção origina-se da transição desses povos da condição nômade ao estabelecimento de uma economia baseada na agricultura onde, o camponês, preso a terra, a qual encontra-se sob o poder de um Estado despótico, vive num regime de servidão coletiva, subordinados ao imperador, rei ou faraó, cujo poder havia sido arregimentado através da força. Era esse estado despótico também que concentrava, controlava e geria o excedente da produção. Esse sistema tinha como característica a formação de grandes comunidades agrícolas, representando as primeiras formas de sociedade estratificadas em classes composta pelo monarca forte, a nobreza que se beneficiava do poder do Estado, um grupo militar, o clero e os camponeses, que se encontrava na base da exploração daquele sistema.

A massa trabalhadora rural se apresenta no Brasil como uma reserva permanente de mão de obra pouco exigente, sempre disposta a afluir para a cidade e aí se oferecer em condições mais favoráveis para os empregadores. Concorre assim muito seriamente como o trabalhador urbano, e tende por isso a lhe neutralizar as exigências. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 172).

Eis que aí se constitui um forte elemento em torno do qual devem se confluir os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais.

É também sobre essa massa de população pauperizada que vive no campo, segundo Caio Prado (2014), que recai as mais duras consequências deixadas pelo nosso passado colonial, resultante desse modelo econômico de base fundamentalmente agrária, cujos métodos de produção consistiam na mais elevada espoliação dos trabalhadores.

Além disso, elucida Caio Prado (2014), esses trabalhadores rurais, que em contraste com o proletariado urbano que na década de 60 já havia conquistado uma série de direitos sociais, ainda permaneciam no esquecimento pela imensidão do Brasil afora, submetido a todos os tipos de arbítrio e sem nenhum tipo de proteção social²², constituindo assim, para o autor, aquele um o principal problema existente na sociedade brasileira.

O papel da Reforma Agrária, nesse sentido, de acordo com a sua perspectiva, consistia, então, em primeira instância, em retirar essa imensa massa da população rural da miséria material e cultural na qual se encontrava:

O que se entende e deve entender por “reforma agrária” nas atuais circunstâncias do país é a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil. A grande massa dos trinta e tantos milhões de brasileiros que vivem no campo e tiram o seu sustento do trabalho da terra se encontra em nível de miserabilidade que tem pouco paralelo em qualquer outra parte do mundo [...] É esse certamente o grande e fundamental problema nacional brasileiro da atualidade²³, de cuja solução depende sem dúvida alguma o desenvolvimento e progresso real de nosso país em qualquer outro setor [...] em primeiro e principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida

²² Legalmente, na década de 60 já havia certos dispositivos constitucionais que visava garantir direitos ao trabalhador do campo. Um deles e certamente o único até 1963, era a garantia do salário mínimo ao trabalhador rural, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, criada no então governo de Getúlio Vargas. Mais tarde, em 1963, sob o Governo de João Goulart, será criado o Estatuto do Trabalhador Rural. Mas daí da transformação desses dispositivos desde letra escrita a sua execução prática, é outra história, que para ser adequadamente entendido e explicado talvez exigisse outro trabalho como esse. Essas leis serão implacavelmente referenciadas por Caio Prado Júnior (2014) como um forte impulso institucional passível de ser colocado em favor da luta junto à população rural, com vista a ela estender a legislação social trabalhista, e que, lamentavelmente, alude ele, a esquerda simplesmente ignorou.

²³ Escrevia ele em 1962 no artigo *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, publicado na *Revista Brasileira*, nº 43, set./out. 1962

alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso, portanto, que deve centralmente objetivar a reforma agrária. O resto virá depois. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 358).

Como vimos anteriormente, para as teses predominantes na esquerda acerca da nossa questão agrária, os camponeses eram a principal força social presente no campo brasileiro, cujos interesses e papel revolucionário se davam, portanto, em torno de uma reforma agrária com vista, essencialmente, à divisão do latifúndio e à distribuição das suas terras aos camponeses que nela trabalhavam.

Estava aí também, como foi visto, a principal saída para a superação dos tais resíduos feudais. Mas para Caio Prado Júnior (2014), estes eram um dos mais graves equívocos produzidos por aquela visão e que, conseqüentemente, levava a errôneas proposições. O mesmo “esquema consagrado” que levou a esquerda a identificar, de acordo com ele, a existência de um “pseudo-feudalismo” no Brasil, também a leva a identificar a predominância de um campesinato quando, na verdade, segundo defende o autor, predominavam relações de emprego no campo brasileiro. Sustentando, dessa maneira, que a principal força social aí verificada, não era os camponeses, mas os empregados rurais.

Isso não quer dizer que não exista um economia de caráter camponês no Brasil, como pondera o autor. Mas a sua existência, como o afirma, é pouco expressiva e de fato não ocupa o terreno mais nevrálgico das contradições então verificadas, as quais se davam, em suma, de acordo com Caio Prado (2014), em torno das grandes unidades de exploração agropecuária onde se concentrava também substancialmente a massa dos trabalhadores rurais. As regiões onde existia uma economia de caráter camponês, de acordo ele, são naquelas desinteressantes a grande exploração ou então onde ela havia declinado. Fato que se dava em razão, muitas vezes, como era comum, nesse sistema econômico de baixas técnicas de produção e aproveitamento de solo, do abandono das áreas onde havia se estabelecido, uma vez que estas já se encontravam degradadas e esgotados os recursos naturais ali disponíveis, necessários aquele tipo de produção, abrindo, dessa maneira condições favoráveis para que a pequena agricultura possa se estabelecer. Mas a sua existência era periférica e residual.

Além disso, demonstra Caio Prado Júnior (2014), que aquelas relações de trabalho mediadas por formas tais como a meação, a terça ou a parceria, presentes nas grandes unidades produtivas, demonstravam claramente a existência de relações de emprego. Essas grandes unidades produtoras, exploradas de forma parcelaria, ou seja, onde cada trabalhador é isoladamente responsável pelo cultivo de uma parte daquela grande unidade, ao lado de um largo conjunto de outros trabalhadores que também se encontram na mesma condição,

integram-se a um todo orgânico e homogêneo que é aquela unidade, sendo geridos pelo proprietário, que é quem dita as regras do início ao fim de todas aquelas atividades. Para Caio Prado (2014), esse de tipo de relação de trabalho, nada tem a ver com campesinato, mas com relações de emprego, onde o trabalhador se submete ao proprietário, que é quem gere e administra a produção, assim como o faz o empresário de qualquer ramo capitalista.

Para ele, o que é básico nessa caracterização camponês/empregado²⁴ é o espaço que esse trabalhador ocupa no processo produtivo, ou seja, o que importa é saber se ele é proprietário dos meios de produção dos quais se utiliza. Por essa premissa, o que Caio Prado (2014) identifica no campo brasileiro é a expressiva predominância de relações de emprego, não importando se a remuneração se dê sob a forma do produto cultivado, ou em dinheiro, ou então no direito de o empregado utilizar um pedaço de terra para si próprio sob a condição de também produzir para o proprietário. Isso é o que determina, segundo ele, a predominância de relações de emprego, onde se evidencia a submissão do trabalhador ao proprietário, o detentor do principal meio de produção que caracterizaria uma economia de caráter camponesa, ou seja, a terra.

É essa condição de empregado sob a gestão do latifundiário – o empresário agropecuário – que se devem as condições miseráveis da população rural brasileira, segundo Caio Prado Júnior (2014). É em torno dela que se dá a mais elevada exploração e opressão sobre essa categoria de trabalhadores, estando os seus interesses, portanto, orientados no sentido de livrarem-se dessa deplorável situação. O que significa dizer que, diante de tais circunstâncias, as suas forças se dirigem mais em busca da consolidação dos direitos trabalhista no meio rural do que para o retalhamento dos latifúndios, como vislumbrava a tese predominante no interior da esquerda então. Assim chama-nos a atenção Caio Prado (2014):

Essa estrutura econômica, [...] é predominantemente a da grande exploração agrária em que o trabalhador se inclui como elemento subordinado, e na condição de empregado: escravo no passado, livre ou semi-livre em seguida, mas sempre como simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração. A grande exploração é uma unidade inteiriça cuja base territorial é ampla não por força unicamente de privilégios jurídicos do titular e proprietário, e sim também, e sobretudo, por efeito da própria força econômica da produção. Daí

²⁴ Caio Prado Júnior (2014), por razões metodológicas, faz a seguinte distinção entre campesinato e empregado rural: a) camponês: “[...] trabalhador e pequeno produtor autônomo que, ocupando a terra embora a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros... – exercem sua atividade por conta própria”; b) empregado rural: “trabalhadores dependentes que não exercem a sua atividade por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas proprietário, mas também e principalmente empresário da produção [...] e suas relações de trabalho constituem prestação de serviços” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 128)

decorrem a posição específica do trabalhador e, pois, as suas reações psicológicas, reivindicações e ação. Sente-se oprimido, no passado, pela situação de escravo que era a sua; mais tarde de trabalhador legalmente livre, mas explorado e muitas vezes tratado ainda como escravo. Luta por isso pela sua liberdade efetiva, pela melhoria das suas condições de empregado: melhor remuneração, tratamento adequado. Não se dirige, como os fatos confirmam, e normalmente não se pode dirigir contra a grande exploração a fim de destruí-la. Não lhe ocorre, essencialmente, e na generalidade dos casos, modificar seu estatuto econômico, isto é, passar de trabalhador entrosado num conjunto orgânico, que é a grande exploração – situação essa a que se condicionou através de gerações sucessivas –, passar daí a produtor autônomo, o que exigiria a transformação fundamental da estrutura de produção em que se acha entrosado, bem como de suas próprias relações e métodos de trabalho. Faltar-lhe-iam mesmo, em regra qualidades e condições para isso e para seu estabelecimento por conta própria: tradição cultural, conhecimento, experiências, iniciativas, já para não falar em recursos materiais. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 139)

Daí que, nessa perspectiva, a reforma agrária proposta por Caio Prado Júnior (2014) Júnior se diferencia substancialmente da proposta do PCB. Para ele, a reforma agrária, não se trata em primeiro plano de uma luta pelo retalhamento do latifúndio. Trata-se, isso sim, como procurou demonstrar, de elevar os padrões de vida da população rural, material e culturalmente, através da extensão da legislação social trabalhista ao campo brasileiro.

Para ele, havia um elo fraco no sistema produção/ circulação/consumo no interior do Brasil que só poderia ser adequadamente solucionado com a elevação dos padrões de vida da população rural, que por sua vez, estando mais bem remunerada, se tornaria um forte impulso à economia do país de modo a fortalecer aquele elo mais frágil desse sistema, dado em torno do consumo.

Mas para que isso se cumpra, também havia a necessidade, chama ele a atenção, da implantação de uma estrutura industrial nacional de bens de consumo voltado para o mercado interno, com prioridade a atender os interesses, portanto, da população trabalhadora brasileira, e não destinada a um pequeno grupo privilegiado, como, segundo ele, havia se dado até então a industrialização brasileira.

Era então a população trabalhadora rural empregada que, segundo Caio Prado Júnior (2014), representava a maior força social, não apenas do campo brasileiro, mas do Brasil de forma genérica, sendo caracterizada enquanto tal por estar ela na base histórica e originária da principal contradição econômica e social brasileira, que é esse sistema da grande exploração agrária voltada a atender interesses, sobretudo, estrangeiros.

Dessa maneira, por esses trabalhadores rurais estarem historicamente relegados aos mais baixos níveis dos padrões de vida humana, material e culturalmente, produzidos por esse sistema econômico, são onde se encontra a razão das tamanhas dificuldades de sua

organização política e revolucionária, segundo Caio Prado Júnior (2014). Eis aí onde se cristaliza uma das mais importantes tarefas do proletariado urbano, que, segundo ele, por sua extensa experiência organizativa, deveria ajudar a conduzir a organização do movimento social do campo, cuja principal forma de se organizar, propõe Caio Prado Júnior (2014), deveria ser a organização política e sindical.

É nela [na aliança entre os trabalhadores rurais e urbanos], portanto, que se apoiará fundamentalmente o processo revolucionário e seu desenvolvimento. Não apenas porque nela reúnem as duas forças essenciais da revolução, como porque, numa perspectiva imediata, é ela que permitirá a afirmação e o progresso das reivindicações rurais que [...] darão origem as pressões decisivas no sentido do desencadeamento da revolução.

A chave da aliança do proletariado urbano e dos trabalhadores do campo [...] encontra-se na organização, seja sindical, seja de outra natureza, inclusive política. É somente através da organização que será possível não apenas articular as duas forças, como mobilizá-las, e sobretudo colocar a maior experiência, iniciativa e capacitação política do proletariado urbano a serviço da luta e das reivindicações da massa trabalhadora do campo, que é do que mais necessita a revolução na atual conjuntura. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 174)

A questão do Imperialismo, na sua mediação peculiar do contexto brasileiro, interfere na identificação das forças sociais revolucionárias brasileiras no pensamento de Caio Prado Júnior (2014) Júnior, em oposição à tese tradicional do PCB. A tese hegemônica no PCB colocou a disputa imperialista no Brasil sobre a difusão de dois setores da burguesia conflitante entre si, lembremo-nos: a burguesia entreguista aliada aos interesses do imperialismo, sobretudo estadunidense, por um lado; e a burguesia nacional, por outro. À essa última é que se deveriam aliar os interesses revolucionários dos trabalhadores para estabelecer a primeira etapa da revolução brasileira, que teria um caráter democrático-burguês.

Esse esquema estava, grosso modo, assim colocado: na luta de classes brasileira, a correlação de forças situava em oposição direta, de um lado, a aliança entre o imperialismo e a burguesia brasileira entreguista, ligada ao setor latifundiário; e de outro, o proletariado urbano, os camponeses e a burguesia nacional, ou seja, a burguesia industrial. Eis que depois de desmistificar a existência do feudalismo no Brasil e da predominância de um campesinato como principal força social do campo brasileiro, chega ao ponto em que Caio Prado Júnior (2014) dedica-se a destruir as concepções que identificam no Brasil a existência de uma burguesia nacional como força social revolucionária. Para ele, essa também é uma falsa concepção com raízes naquele “esquema consagrado” que introduz a realidade brasileira

dentro daqueles modelos “apriorísticos”, os quais equiparam a dinâmica própria da nossa sociedade às experiências revolucionárias europeias e asiáticas, a exemplo da Rússia czarista e da China, já referidas nesse trabalho.

Naqueles países, a penetração imperialista provocou de fato enormes embates, onde os interesses do imperialismo se chocavam com os interesses destas nações, ameaçando a sua soberania. Pois lá já havia solidamente edificada uma anterior organização econômica e social nos moldes servis, em que o capitalismo haveria de subverter, e cuja disputa imperialista terminaria por colocar em lados distintos e opostos os interesses de uma burguesia nacional interna e os interesses de um outro setor da burguesia ligada ao imperialismo .

Mas no Brasil, segundo defende Caio Prado Júnior (2014), a nossa organização econômica e social não é senão outra coisa do que o resultado do próprio capitalismo, sob o qual nossa formação social se condiciona, desde a sua acumulação originária ao imperialismo que, por sua vez, se encontra penetrado em nosso meio não por via exterior e conflituosa, como se deu naqueles países, mas como parte intrínseca da dinâmica própria e da evolução capitalista já estabelecida nesse território, responsável por formar uma burguesia a ele umbilicalmente ligada, assim a ele subordinada e dele dependente.

Assim afirma ele:

[...] enquanto na Ásia a penetração imperialista encontrou pela frente sociedade e economias já organizadas e estruturadas em moldes próprios que aquela penetração irá subverter profundamente, dando origem em consequência a graves tensões econômicas, sociais e políticas, no Brasil, essa penetração foi como que resultante natural da evolução de um sistema econômico em que o nosso país já se achava enquadrado. O imperialismo não é senão o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, e tem suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 81).

Não há assim, segundo o nosso autor, choques de interesses entre esse ou aquele setor da burguesia brasileira em nossa sociedade. Contar com um setor industrial progressista da burguesia brasileira nacional é onde se encontra um dos mais graves erros pelos quais trilhou a estratégia revolucionária fracassada da esquerda no Brasil, como demonstrou os eventos de abril de 1964, evidenciando, de acordo com Caio Prado Júnior (2014), aquela frágil aliança da esquerda brasileira com setores trabalhistas do “capitalismo burocrático”²⁵.

²⁵ “Em vez de aderir ao termo ‘capitalismo burocrático’, Caio Prado Jr. poderia ter usado o conceito de ‘capitalismo monopolista de Estado’, que significa basicamente a submissão do Estado capitalista aos

Segundo Caio Prado Jr., o que se deveria criticar, não é a existência de inversões estrangeiras no Brasil, mas uma política estatal que se faz apenas em favor de grupos privados (nacionais ou estrangeiros) em detrimento de um entrosamento orgânico da economia nacional. Em 1966 essas afirmações de Caio Prado Jr. explicavam o golpe militar pelo erro estratégico da esquerda. Em vez de organizar sua base social – o povo trabalhador –, ela sacrificou suas tarefas essenciais ao identificar o capitalismo burocrático como a burguesia nacional. (SECO, 2014, pp. 277-378).

Dessa forma, são, pois, o proletariado urbano e o trabalhador rural, especialmente e, sobretudo os empregados rurais, em que consiste, para Caio Prado Júnior (2014), as principais forças sociais revolucionárias brasileiras capazes de levar adiante uma verdadeira transformação social e econômica que possa romper de uma vez por todas aqueles laços anacrônicos de exploração legados do nosso passado escravista e colonial. Assim, pode-se ajustar o curso da revolução brasileira, que deve concentrar as suas forças para enfrentar o centro mais nevrálgico das contradições vigentes em nosso país, a quais, como vimos, se dão em torno da histórica questão agrária.

Nessa perspectiva, a reforma agrária se transforma na principal medida com vista na solução do problema, e que em Caio Prado Júnior (2014), como já mencionamos anteriormente num curto esboço, se distingue substancialmente das proposições clássicas vigentes no interior do PCB.

3.5 A reforma agrária

Caio Prado Júnior (2014) ao identificar, em contraste à posição hegemônica no PCB, a expressiva predominância de relações sociais de emprego vigentes no campo brasileiro em vez de um campesinato, as suas perspectivas e proposições acerca da reforma agrária também tomarão caminho diferente daqueles propostos até então.

A tese predominante no PCB em relação à questão agrária propunha o retalhamento dos latifúndios e sua respectiva distribuição aos camponeses. Mas contrapõe Caio Prado (2014):

monopólios privados. Carlos Nelson Coutinho supôs que Caio Prado Jr. simplesmente desconhecesse o conceito, o que é improvável, já que se trata de algo corrente na literatura marxista do pós-guerra.” *SECO, Lincoln. Posfácio. In: a revolução brasileira; A questão agrária no Brasil/Caio Prado Júnior Júnior. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 277.* Assim apresenta Lincoln Seco a polêmica levantada em torno da expressão “capitalismo burocrático” utilizada por Caio Prado Júnior (2014) para se referir ao caráter subordinado do Estado brasileiro aos interesses privados.

Os polos principais da estrutura social do campo brasileiro não são os “latifundiários” ou “proprietário senhor feudal ou semi-feudal”, de um lado, e o camponês, de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado.” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 104).

Para Caio Prado Júnior (2014), nesse sentido, como a principal força social brasileira era composta pelos empregados rurais, suas demandas não se davam, dessa maneira, imediatamente em torno do parcelamento dos latifúndios, mas sim em torno das melhorias das condições de trabalho daquela população, como renda, salário, tratamento digno, etc. Inobstante, Caio Prado (2014) não rejeita o parcelamento do latifúndio como uma importante medida de reforma agrária. O que se apresenta em seu pensamento é a inversão da ordem anteriormente posta pela leitura tradicional. Para ele, dada a tamanha miséria em que se encontrava a imensa massa trabalhadora rural, o seu baixo nível econômico e cultural, fruto de um sistema que, ao transitar do escravismo ao trabalho livre, mantém viva e resistente muitas de suas piores características, deixando assim profundas marcas culturais e psicológicas na consciência nacional da população brasileira, a principal medida a ser adotada no sentido de superar esses problemas seria o resgate dessa população das deploráveis condições que se encontrava, cuja saída é a luta pela extensão ao campo brasileiro da legislação rural trabalhista.

Em segunda ordem, aí sim, reconhecendo-se a contradição em torno do elevado grau de concentração fundiária existente no Brasil, responsável pela maior parte dos problemas então verificados, ocorreria a promoção da desconcentração fundiária, ou seja, o retalhamento do latifúndio e sua respectiva distribuição aos trabalhadores rurais sem terra. Mas isso deveria se dar, segundo ele, de forma coordenada, pois uma política de desconcentração da terra deve atentar para que o seu parcelamento não traga prejuízo à produção:

A ação legal em torno da desconcentração da propriedade rural deverá orientar-se, primeiramente, para os pontos mais fracos da estrutura latifundiária, que são aqueles em que grande propriedade já se acha de fato dividida, isto é, em que a atividade produtiva (que é o que economicamente interessa) se realiza parcelariamente. É o que se verifica, entre outros, no caso já considerado da parceria. Observamos aí que os parceiros, embora agrupados sob a direção única do proprietário, realizam cada qual separadamente as suas tarefas nas parcelas ou gleba individual que lhes é concedida em parceria. O que liga os trabalhadores uns aos outros não é um vínculo orgânico, a organização econômica e produtiva da propriedade, e sim unicamente o fato de ocuparem todos uma mesma área sobre que se estende o direito de propriedade de uma só pessoa. Liga-os assim, tão somente essa situação jurídica, sem implicações diretas de ordem econômica. Assim sendo, [...] o desmembramento da propriedade não afeta, ou afeta secundariamente e sem determinar maiores dificuldades, a organização econômica e as atividades produtivas. (PRADO JÚNIOR, 2014, pp. 372-373).

Tendo em vista que a terra tem se tornado historicamente um grande objeto de especulação financeira em nosso país. Mesmo nos territórios onde a grande exploração não tem imediatamente o objetivo de produzir, ela permanece retida em mãos de latifundiários com o objetivo único de especulação. Como medida favorável para a desconcentração e combate a esse tipo de retenção fundiária improdutiva e estéril da economia brasileira, Caio Prado (2014) propõe que nessa legislação rural também se estabeleçam exigências em torno da produtividade e do melhor aproveitamento desses imóveis, ponderando para que o seu indicador produtivo não esteja reduzido a algumas ínfimas cabeças de gado ou então a ralas pastagens, como comumente acontece em vastas regiões brasileiras.

Além disso, propõe também o rebaixamento do preço da terra e o aumento da sua tributação. Essas seriam medidas que, segundo Caio Prado (2014), além de incentivar, por um lado, a produção, também se tornaria um forte dispositivo de democratização da propriedade fundiária, por outro, uma vez que se tornaria demasiadamente oneroso aos proprietários a retenção de terras sem nelas produzir. Assim, aqueles que não se adaptassem a tais condições, se veriam obrigado a se desfazer do imóvel, ou mesmo ser expropriados pelo poder público em cumprimento dos então dispositivos legais.

Assim, como afirma Caio Júnior (2014):

[...] a tributação, desestimulando a compra, e pelo contrário incentivando a venda dos imóveis rurais, teria como efeito a desvalorização da terra. O que prepararia o terreno e facilitaria grandemente [...] a efetivação da medida principal com que se há de contar para a realização da reforma agrária, e que vem a ser a sua desapropriação para o fim de loteamento e transferência da terra para pequenos proprietários. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 379)

Seriam esses, portanto, segundo nos expõe Caio Prado Júnior (2014), por onde deveria se dirigir os passos revolucionários dessas duas classes sociais essenciais do curso da revolução brasileira, a saber, o proletariado urbano aliado aos trabalhadores rurais. Para esse importante intelectual marxista da esquerda brasileira, é na questão agrária onde se verifica o principal nó a ser desatado da economia, da sociedade, da política e da cultura nacional.

Para corrigir, nesse sentido, os errôneos passos dados pela esquerda em nosso país até então, a reforma agrária deveria ser posta no seu devido lugar, devendo assim ser conduzida a duas principais ordens de ações, as quais, segundo nosso autor, embora correspondentes e articuladas entre si, exigiria em primeiro e principal lugar a busca pela elevação dos ínfimos e miseráveis padrões de vida da população trabalhadora rural, através da luta pela extensão da

legislação social trabalhista que, por sua vez, abriria caminho para a criação de condições mais favoráveis para a democratização da propriedade da terra no Brasil e a sua consequente desconcentração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho tentamos reconstituir, ainda que parcialmente e em linhas bastante gerais, o caminho sinuoso percorrido pela nossa sociedade ao longo de sua existência, onde, ao poucos, muitas incógnitas que se põem ao nosso problema nacional e que se expressam a partir da questão agrária contribuem, senão para o seu desvendamento imediato, ao menos para o delineamento do seu campo de problematizações. A partir da nossa pesquisa, foi possível apreender que tais determinações históricas e sociais foram analisadas e apresentadas de diversas formas e por diversos autores, resultando numa ampla literatura nacional, de grande abrangência e profundidade.

Como verificamos, foi, a princípio, como reflexo, que se encontraram as primeiras formas de identidade da nossa formação social, cuja fonte propagadora desses reflexos era vista nas experiências das sociedades ocidentais, as quais faziam, acreditava-se, lançar os seus raios iluminadores sobre a nossa obscura realidade brasileira. Os países centrais europeus eram, assim, muitas vezes, vistos como o ponto máximo do desenvolvimento da modernidade e, logo, do desenvolvimento humano, como se esses dois elementos obrigatoriamente sempre coincidissem. Esse caminho, na visão de muitos analistas, parecia constituir o modelo ideal em que a linha da evolução da civilização humana irredutivelmente haveria de nos levar, representando, portanto, naqueles modelos ideais, o horizonte para onde rumaria a nossa própria sociedade, que ainda vivia no atraso.

O atrasado e o moderno, nesse sentido, eram vistos como elementos duais que não se combinavam e, ao contrário, um significava a negação do outro, onde, os elementos anacrônicos de nossa sociedade deviam ser combatidos e destruídos para que pudessemos garantir a nossa emersão na modernidade.

Era difícil naquele momento histórico, de tão limitados recursos teóricos, estabelecer a percepção de que, o que havia de mais atrasado em nosso meio, não era outra coisa senão o resultado do que de mais moderno existia, ou seja, que era graças aos elementos anacrônicos de sociedades tais como a nossa que se tornava possível a monstruosa edificação de sociedades tais como aquelas.

E por muito tempo acabamos assumindo os pontos de vista criados naquelas sociedades e rebaixamo-nos diante de nossos colonizadores, tomando como historicamente justificada e, por isso mesmo, merecida a nossa exploração, assumindo a culpa do nosso subdesenvolvimento e ao fato de nos encontrarmos em tão baixos níveis materiais e culturais, como se essas deploráveis condições fossem uma etapa inexorável da linha natural de nossa

evolução civilizatória, cuja elevação a patamares superiores só poderiam ser alcançados copiando aqueles modelos de sociedades.

Em nome daquelas formas exteriores e pré-concebidos justificávamos a nossa formação social forçada, e passávamos a descrever e a encaixar as características próprias da nossa complexidade social dentro daqueles apertados modelos apriorísticos.

Bem ou mal, não importa, pois nesses aspectos analíticos o juízo de valor não tem efeito, foi substancialmente por essa via de nos servirmos dos modelos eurocêntricos para a análise e categorização da nossa sociedade, onde se encontra os primeiros esforços da construção da nossa identidade nacional.

Era nelas que enquadrávamos o trabalho escravo; o negro africano; a questão indígena; a economia agrária; a grande exploração; a concentração fundiária; o patronato; o trabalho servil; o campesinato; o grande latifundiário; o engenho; os desafios da industrialização; a monarquia; a república; a democracia; o trabalho assalariado; o Estado; a sociedade civil; a nação etc.

Com as transformações então verificadas de fins do século XIX e início do século XX, cujas veredas levaram a consolidação da nossa atípica modernidade, onde suas características já evidenciam a emergência de contradições eminentemente capitalistas (momento também onde surge e se consolidam organizações sociais e políticas votadas para os interesses dos trabalhadores) fazem com que as aspirações comunistas invadam o meio brasileiro. Processo do qual o PCB é fruto, inspirado nas lutas proletárias europeias, especialmente na vitória bolchevique de 1917, que mostrara ao mundo que o comunismo era uma alternativa concreta.

Nesse contexto, o ponto de partida teórico do PCB será baseado naquelas experiências proletárias europeias e nas orientações fornecidas pela III Internacional Comunista, a qual baseava a sua análise dos países coloniais e semicoloniais como sendo de caráter feudal, semifeudal ou pré-capitalista. E foi dentro desse modelo geral que se baseou o PCB na sua estratégia por longas décadas, lutando por uma revolução de caráter “democrático burguesa”, que deveria ser mediada pela necessária aliança entre camponeses, operários e uma suposta burguesia nacional, cujos interesses se encontrariam diretamente em confronto a outro setor entreguista da burguesia nacional, subserviente ao imperialismo.

O principal problema presente na formação brasileira, para o PCB, se dava então em torno dessa disputa imperialista que, segundo suas teses, entravava o nosso desenvolvimento nacional. E era no campo brasileiro onde se manifestavam, com mais intensidade, os tais resquícios feudais, especialmente em razão das grandes extensões latifundiárias e das suas consequências para as condições de vida dos camponeses. Aí era onde se destacava a questão

agrária em suas análises, cuja solução teria que ser dada por uma reforma agrária direcionada à divisão dos latifúndios e à distribuição dessas terras aos camponeses.

Mas Caio Prado Júnior (2014) irrompe categoricamente contra aquele sistema de pensamentos, demonstrando que o tipo de economia instaurado no Brasil, desde as suas origens coloniais, já se dá em moldes capitalistas, estabelecido na fase da acumulação originária do capital, em razão do qual todo o conjunto da economia e sociedade brasileira será organizada, de forma integrada ao mercado mundial.

Caio Prado (2014), nesse sentido, buscando demonstrar que não houve feudalismo no Brasil, desmistifica também a existência de uma burguesia nacional, cujos interesses estariam em posição contrária aos interesses do imperialismo, evidenciando que a burguesia brasileira encontra-se, desde as suas origens, inteiramente atrelada aos interesses estrangeiros e que a sua relação pacífica e associada ao imperialismo nada mais é do que a evolução natural do capitalismo no Brasil.

E eis que chegamos a um dos pontos mais polêmicos de sua análise, em torno da qual se polarizam opiniões, (e, diga-se de passagem, assunto ainda mal resolvido atualmente no meio da intelectualidade brasileira), que é aquele que diz respeito ao campesinato. Para Caio Prado Júnior (2014), o campesinato no Brasil, na acepção clássica da palavra, ou seja, como proprietário dos seus meios de produção, inclusive a terra, e como produtor autônomo, é uma categoria praticamente irrelevante na sociedade brasileira, uma vez que os resultados de seus estudos o levam a identificar, dentro das peculiaridades do campo brasileiro, a predominância de relações de emprego como relação de trabalho, destacando, desta maneira, os empregados rurais como a principal força social, e não o campesinato.

Para esse pensador, a reforma agrária, dessa maneira, deveria ser defendida, prioritariamente, objetivando a aplicação e extensão da legislação social trabalhista ao meio rural. Somente num segundo plano, e em razão do primeiro, é que se abririam as perspectivas para a democratização da terra no país, com o adendo de que essa não poderia trazer prejuízos à produção, já consolidada pela grande exploração. As medidas de reforma agrária, nesse sentido, se dirigiriam a transformar em proprietários os trabalhadores rurais que, na prática, já exploravam de forma parcelaria aqueles latifúndios. O papel do Estado então seria realizar a transferência legal daquela parcela de terra ao seu respectivo lavrador.

Com isso, sua análise incide sobre dois pontos importantes da estratégia do PCB, a saber, da aliança com a suposta burguesia nacional e com os camponeses. Percebamos o profundo dilema que ele coloca às perspectivas em que historicamente se baseou a estratégia revolucionária no Brasil, durante décadas. Pois se não existe uma burguesia nacional, nem um

campesinato como força social predominante no campo, restando apenas o proletariado como verdade naquela tradicional concepção, tudo o mais é posto no vazio.

Mas era esse o sentido de sua crítica: destruir o que era falso para desvendar o que era verdadeiro. E depois de combater aquelas concepções, destaca a categoria dos empregados rurais e o proletariado urbano como as classes revolucionárias fundamentais, as quais teriam de assumir a frente do processo revolucionário brasileiro que, para ele, se dirigiria, em primeiro lugar, à superação das condições de atraso e miséria da população rural.

Como vemos, existem pontos polêmicos em sua análise, especialmente em relação à reforma agrária. As lutas pela reforma agrária no país que se seguirão no campo brasileiro, alguns anos depois de ele escrever as suas principais obras que tratam do assunto, tenderão, especialmente a partir do início da década de 80, para ambos os caminhos, tanto na luta pela consolidação dos direitos trabalhistas, como para a democratização da terra. Inclusive, esta última acabou, muitas vezes, se tornando o caminho que abriria as portas para a ampliação dos direitos sociais no campo, como, por exemplo, a criação de créditos para a agricultura, a assistência técnica, moradia etc. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge como uma forte expressão disso.

Mas, a essa altura, não se trata de dizer até que ponto Caio Prado Júnior estava correto ou errado em relação às prioridades da reforma agrária. No período em que ele escreveu suas principais obras acerca do tema, praticamente metade da população brasileira vivia no campo, e sob as condições miseráveis que ele descreve. E, a nosso ver, esse contexto justifica, em grande medida, o seu destaque do trabalhador rural como a principal força social brasileira.

Hoje, aquelas condições de miserabilidade continuam a existir e se aprofundam a cada dia, mas não é mais no campo onde se dá a sua principal expressão, uma vez que este vem progressivamente se esvaziando através dos anos, como pode ser demonstrado, segundo dados do IBGE, divulgados em 2010, onde a população rural brasileira já naquela época se encontrava reduzida a um número de aproximadamente 15%. É possível perceber, com isso, que o latifúndio se modernizou e expulsou as populações rurais, fazendo concentrar e aprofundar os problemas sociais. Mas Agora, são nas periferias dos grandes centros urbanos onde se verificam os altos índices de miserabilidade e marginalização da população pobre brasileira.

Como ilustração dessa afirmação, basta lembrar que, há pouco tempo, a principal base social do MST eram aquelas populações ainda de origens rurais. Hoje, são nas periferias urbanas onde se concentra os principais espaços potenciais do seu trabalho de base, naquelas populações já sem raízes ou identidade camponesa.

Para muitos, e aqui se verifica as posições conservadoras e reacionárias em nosso país, a questão agrária brasileira está resolvida. Pois quase não há mais população vivendo no campo brasileiro, e o agronegócio garante os mais altos índices de produtividade agrícola já estabelecido em nossa história. Mas, por outro lado e, paradoxalmente, inobstante todas as nossas análises críticas anteriores, é esse mesmo produtivo sistema que envenena a população com os seus insumos químicos, não apenas aqueles que trabalham no campo e manuseiam esses insumos diretamente, mas todos que consomem aquela produção, além de envenenar e comprometer, mais e mais, os recursos naturais essenciais à vida humana.

Além disso, vivemos num tempo em que se demonstra, dia após dia, tornar-se progressivamente aguda e problemática a vida nos centros urbanos, onde se enfrenta o caos da civilização moderna.

O problema da grande exploração agrária e da concentração fundiária, verificada por Caio Prado Júnior (2014) como o principal fator difusor dos problemas que se manifestavam, predominantemente, no campo naquela época, continua sendo, senão o principal, um dos principais problemas da sociedade brasileira atualmente. E, ainda que esse modelo tenha transferido a projeção das suas principais contradições para o meio urbano, onde agora se lança as suas piores consequências do ponto de vista social, tal determinação, no lugar de se evanescer, recrudescu.

Aquela Lei de terras de 1850, que representou a base jurídica para que a terra continue concentrada em poucas e elitizadas mãos, que impedia com que trabalhadores rurais se transformassem em proprietários de terras em nosso país, é a mesma lei que faz com que essa população sobranse migre para as favelas no meio urbano e lá sejam impedidas de possuir um espaço legítimo para se estabelecerem. Basta lembrar as violentas remoções feitas nas periferias urbanas recentemente.

Nesse sentido, há uma relação íntima entre a questão urbana e a questão agrária. O que precisamos é não cruzar os braços, e ousar alcançar o desafio de tentar desvendar os possíveis caminhos que as condições atuais nos oferecem para a superação desses respectivos problemas.

Uma questão pode ser colocada: poderia o problema urbano e rural buscar soluções em um movimento contrário de recolonização do campo brasileiro através de uma política eficaz de reforma agrária e reeducação da população para a agricultura, em moldes agroecológicos? Tal problemática, que aqui se encontra expressa como uma simples especulação é, na verdade, um assunto bastante explorado em que se tem apostado alguns movimentos e organizações sociais, na atualidade.

O que parece faltar atualmente à esquerda brasileira, nesse momento em que o efêmero parece se apresentar como o único horizonte, e que Caio Prado Júnior coerentemente buscou fazer, é a produção de uma nova teoria revolucionária, baseada nas circunstâncias atuais, que possa orientar os nossos passos contra essa ordem já, há muito, claramente insustentável para o conjunto da humanidade.

Algumas coisas mudaram na sociedade brasileira desde que Caio Prado Júnior escreveu aquelas obras onde aparece em destaque a nossa questão agrária. Mas muito do que dissera permanece atual. Aliás, em relação ao nosso desenvolvimento nacional, se muitos pseudo-intelectuais da contemporaneidade resolvessem lê-lo, especialmente as análises que tratam da existência da suposta burguesia nacional, talvez estes pudessem parar de tentar enganar a si mesmos e aos outros da viabilidade desse demagógico projeto neo-desenvolvimentista.

Por fim, para além das coerentes análises que contribuem para o descortinamento da nossa realidade brasileira, o que de melhor podemos extrair de Caio Prado Júnior é o seu profundo espírito crítico, cuja sensatez deve inspirar a nossa prática revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no partido comunista do Brasil (pcb). In: UNICAMP. **Cadernos AEL 2: comunistas e comunismo/ memórias do PCB**. Campinas, SP: 1995. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/131/138> acesso em: 13 de nov de 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio – 1960/2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 15 de nov de 2015.

CARONE, Edgard. **O PCB/volume I**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CUNHA, Euclides da. **Os serões**. “Euclides da Cunha”. História (Coleção Grandes cientistas). São Paulo: Editor Ática, 1984).

GUMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio – 1963**. In: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LUKÁCS, György. **Carta sobre o stalinismo**. In: Revista temas 1, Grijalbo. São Paulo, 1977. Disponível em: <<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/cartas-sobre-o-stalinismo-do-lukacs3.pdf>> acesso em: 13 de nov de 2015.

MAYER, Fritz. **Agrarismo e industrialismo**. In: CARONE, Edgard. **O PCB/volume I**. São Paulo: DIFEL, 1982.

MENEGAT, Marildo. **Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo**. In: BRAZ, Marcelo (org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **História econômica do Brasil**. 21ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____ **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____ **Evolução política do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SECO, Lincoln. **Posfácio.** In: PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB/ a questão social no Brasil 8.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____ **Questão agrária no Brasil.** 11ª ed. São Paulo: Atual editora, 2011.